

PUBLICIDADE LEGAL

TERMOLAR S/A

CNPJ/MF 92.780.634/0001-22 - NIRE 433 00002942

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram a disposição, na sede social, à Rua Tamarandê, nº 500, Bairro Camaquã, CEP 91900-790, em Porto Alegre/RS, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social findo em 31/12/2024.

Porto Alegre/RS, 25 de março de 2025
Natalie Adrizzo - Diretora

Predial Bier Ullmann S/A.

CNPJ 92.698.240/0001-20 - NIRE 433 0002001 1

AVISO: Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da empresa, sita à Rua Uruguai, 35, 6º andar, nesta capital, os documentos exigidos na vigente lei das sociedades anônimas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

CONVOCAÇÃO: Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 28/04/2025 às 9:30 horas, na sede social, sita à Rua Uruguai, 35, 6º andar, nesta capital, ou de forma virtual, em link a ser encaminhado, com a seguinte ORDEM DO DIA. 1º) Relatório da Diretoria, Balanço Geral e Demonstrativo de Resultados, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2024. Eleição da Diretoria e fixação de seus honorários. Outros assuntos de interesse social.

Porto Alegre, 25 de março de 2025.
Claudia Steiner - Matias Meyer da Silva - Diretores

MUNICÍPIO DE SÃO VENDELINO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025

Objeto: Aquisição de um veículo novo, zero quilômetro, tipo "PICK-UP", 4x4, para a Secretaria de Saúde e Assistência Social, conforme Proposta nº 13850.6940000/1240-03, Ministério da Saúde, para aquisição de Equipamento/Material Permanente. As propostas serão recebidas e abertas às 09 horas do dia 09 de abril de 2025, no endereço eletrônico <https://pregaobanrisul.com.br>. Informações: licita@saovendelino.rs.gov.br ou pelo telefone: (51) 99570-5591.

São Vendelino, 27 de março de 2025.
RÉGIS PAULO FRITZEN, Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Muliterno

EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Muliterno/RS torna público a Licitação, **Pregão Eletrônico 006/2025 – Objeto – Aquisição de Óleo Diesel S500 - Sessão Pública - 10/04/2025 às 09:00 horas;** a sessão do Pregão será realizada via Plataforma www.bll.org.br, informações pelo fone 54 3386 1111 ou ainda por e-mail: compras@muliterno-rs.com.br, Edital disponível no site www.muliterno.rs.gov.br.

Muliterno, 26 de março de 2025.
Cleucir Vidi, Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE GAURAMA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 13/2025

ELIEZER VAGNER ZANATTA, Prefeito Municipal de Gaurama-RS, ratifica a inexigibilidade de licitação, nos seguintes termos: **OBJETO:** Contratação de profissional do setor artístico para apresentação de show artístico ao público do GURI DE URUGUAIANA, no dia 30/04/2025, das 20h às 22h, na Praça Carlos João Busanello, sita no centro da cidade de Gaurama-RS, inserido nas festividades alusivas ao Dia do Trabalho do Município de Gaurama-RS. **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 74, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021. **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 28.000,00. **CONTRATADO:** GURI DE URUGUAIANA LTDA. **PRAZO:** 30 de abril de 2025. Gaurama/RS, 26 de março de 2025.
ELIEZER VAGNER ZANATTA, Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de São Jorge

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2025 PROCESSO Nº 025/2025

Data da Sessão: 09 de abril de 2025: 09 horas. Local: Secretaria Municipal de Administração. O Prefeito Municipal de São Jorge-RS, torna pública a realização de licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 006/2025, de critério de julgamento de menor preço por item. **Objeto: AQUISIÇÃO DE PEDRA BRITADA.** O edital encontra-se disponível na Prefeitura Municipal de São Jorge e no site: <https://www.saorge.rs.gov.br>. Maiores informações na Prefeitura Municipal, Avenida Dalto Filho, nº 901, Centro - CEP 95.365-000, na cidade de São Jorge-RS, ou pelo fone: (54) 3271 1112.
Danilo Salvalaggio, Prefeito Municipal.

COMPANHIA ZAFFARI COMÉRCIO E INDÚSTRIA

CNPJ/MF nº: 93.015.006/0001-13 | NIRE: 43.300.016.030

AVISO

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição na Sede Social da Companhia, localizada na Av. Plínio Brasil Milano, nº 1000, 4º andar, nesta Capital, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404 de 15.12.1976, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Claudio Zaffari
Diretor Superintendente

Ivo José Zaffari
Diretor Superintendente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE ELEIÇÃO DE JUNTA GOVERNATIVA DO SIMES

O SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ELORADO DO SUL-SIMES, por sua Presidente em exercício, no uso de suas atribuições legais, convoca todos os associados do Sindicato, observado as disposições estatutárias, para a **ASSEMBLEIA GERAL DE ELEIÇÃO DE JUNTA GOVERNATIVA DO SINDICATO,** a realizar-se no dia 11.04.2025, na Sede do Sindicato, na Estrada da Arroeira nº 590, Centro, Eldorado do Sul, RS, às 19 horas em primeira chamada, e às 19h e 30min em segunda chamada. Eldorado do Sul, RS, 25 de março de 2025. Sílvia Regina Knabben. Presidente, em exercício, do SIMES.

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-D

Companhia Aberta - CNPJ nº 08.467.115/0001-00

AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D ("Companhia"), na sede da Companhia e na página de Relações com Investidores dentro da página da Companhia na internet (<https://ri.equatorialenergia.com.br/pt-br/>), os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15.12.76, relativos ao exercício findo em 31.12.2024.

Porto Alegre, 27 de março de 2025

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores



SINCERGS

Sindicato dos Clubes Esportivos do Rio Grande do Sul

SINDICATO DOS CLUBES ESPORTIVOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SINCERGS
CNPJ: 17.673.420/0001-31

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SINDICATO DOS CLUBES ESPORTIVOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, POR SUA PRESIDENTE E NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, CONVOCA A TODOS OS INTEGRANTES DA CATEGORIA, ASSOCIADOS OU NÃO, PARA A REALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 08 DE ABRIL DE 2025, NO CLUBE CAIXEIROS VIAJANTES – RUA DONA LAURA, 646 – NO SALÃO DAS PISCINAS, ÀS 19h00, EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E 19h30, EM SEGUNDA E ÚLTIMA CONVOCAÇÃO, PARA A SEGUINTE ORDEM DO DIA: A) DISCUSSÃO SOBRE AS CLÁUSULAS DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA COM OS SINDICATOS LABORAIIS; B) ASSUNTOS GERAIS. PORTO ALEGRE, 28 DE MARÇO DE 2025. MARIA DA CONCEIÇÃO NOGUEIRA PIRES – PRESIDENTE.

LOJAS RENNER S.A.

LOJAS RENNER S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 92.754.738/0001-62 - NIRE 43300004848

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas para se reunirem, no dia 24 de abril de 2025, às 11h, em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), de modo **exclusivamente digital**, por meio de participação: (i) via boletim de voto à distância ou (ii) via plataforma eletrônica, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

- examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; 2. examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; 3. fixar o número de membros do Conselho de Administração; 4. eleger os membros do Conselho de Administração; 5. fixar o montante da remuneração global dos Administradores; 6. fixar o número de membros do Conselho Fiscal; 7. eleger os membros do Conselho Fiscal; e 8. fixar o montante da remuneração dos membros do Conselho Fiscal.

Informações Gerais: 1. Em atenção ao artigo 133 da Lei nº 6.404/76, as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e dos pareceres emitidos pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, foram publicadas no dia 21 de fevereiro de 2025, no "Jornal do Comércio" (Porto Alegre) – impresso e online. 2. A Companhia informa que utilizará o processo de voto a distância, de acordo com a Resolução CVM nº 81/2022. O acionista poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da referida resolução, enviando o correspondente boletim de voto à distância por meio de seu respectivo agente de custódia, depositário central, banco escriturador ou diretamente à Companhia. Orientações detalhadas a respeito do preenchimento e envio dos boletins de voto podem ser consultadas no Manual para Participação de Acionistas em Assembleia – Proposta da Administração e nos próprios boletins de voto. 3. Adicionalmente, os acionistas que desejarem participar da AGO virtualmente, por meio de plataforma eletrônica disponibilizada pela Companhia, deverão enviar, **impreterivelmente até às 23:59 do dia 22 de abril de 2025**, ao endereço eletrônico acionistas@lojasrenner.com.br, e-mail com a solicitação de cadastro, contendo as informações e documentos obrigatórios, a saber: (i) Pessoa física: (a) documento de identidade com foto do Acionista ou de seu representante legal (serão admitidos: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteira de registro profissional); e (b) documentos que comprovem os poderes de representação, no caso de procurador constituído; (ii) Pessoa Jurídica ou Fundo de Investimento: (a) documento de identidade com foto do seu representante legal (serão admitidos: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteira de registro profissional); (b) Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado ou, no caso de Fundo de Investimento, o regulamento consolidado e atualizado; e (c) documentos que comprovem os poderes de representação. Em caso de representação por meio de procurador, deverão ser observadas as orientações adicionais, conforme indicado no Manual para Participação de Acionistas em Assembleia – Proposta da Administração. 4. Em atenção ao disposto na Resolução CVM nº 70 de 22 de março de 2022, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). Neste sentido, a Companhia recomenda que eventual pedido de voto múltiplo seja feito com antecedência, de modo a facilitar seu processamento pela Companhia e a participação dos demais acionistas, nacionais e estrangeiros. 5. Os acionistas encontrarão todos os documentos e informações necessárias para participação na AGO e melhor entendimento das matérias acima no "Manual para Participação de Acionistas – Proposta da Administração – Assembleia Geral Ordinária" que está no site da Companhia <http://lojasrenner.mzweb.com.br/> e no site da CVM www.cvm.gov.br. A Companhia disponibiliza o e-mail acionistas@lojasrenner.com.br para acesso a Área de Governança Corporativa, que está apta a esclarecer qualquer dúvida em relação à AGO.

Porto Alegre, RS, 25 de março de 2025.
Carlos Fernando Couto de Oliveira Souto
Presidente do Conselho de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PALMA CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 02/2025

Data de abertura: 09 de abril de 2025.

Horário: 13:30 horas

Local: Secretaria Municipal de Administração.

O Prefeito Municipal de Santo Antônio do Palma - RS, torna público a realização de licitação na modalidade Concorrência Presencial nº 02/2025, de critério de julgamento de menor preço global, Objeto: Contratação de Empresa especializada de engenharia, para fornecimento de material e mão-de-obra para reforma e modernização da quadra de esportes coberta da comunidade de Santa Terezinha. O edital encontra-se disponível no site www.pmpalma.com.br. Maiores informações na Prefeitura Municipal, na Av. Vinte de Março, 808, ou pelo fone 54-33941110. **Gilberto Szimainski – Prefeito Municipal.**

Comissão Pró-Fundação do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga de Uruguaiana - Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária. A Comissão pró fundação do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga de Uruguaiana, por seu representante da categoria e subscritor, Sr. Pedro Paulo da Rosa Dutra, inscrito no CPF sob nº 1XX.6XX.4XX-X5, nos termos da Portaria MTE nº 3.472, de 4 de outubro de 2023, com alterações feitas pela Portaria MTE nº 3.543, de 19 de outubro de 2023, CONVOCA todos os Transportadores Autônomos de Cargas do município de Uruguaiana do Estado do Rio Grande do Sul/RS para participarem da Assembleia Geral Extraordinária de fundação, a ser realizada no endereço: Av. Marechal Setembrino de Carvalho, nº 2300 bairro: Ipiranga, Uruguaiana/RS CEP 97.507-380 no dia 20 de abril de 2025, às 10h00min em primeira convocação às 10h30min em segunda e última convocação com qualquer número de participantes, para discussão e deliberação da seguinte ordem do dia: 1) Leitura do edital; 2) Aprovação da fundação do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga de Uruguaiana; 3) Aprovação do Estatuto Social; 4) Eleição, Apuração e Posse da Diretoria e Conselho Fiscal; 5) Aprovação da filiação as entidades de grau superior; 6) Assuntos Correlatos. Uruguaiana/RS, 21 de março de 2025. **Pedro Paulo da Rosa Dutra** - Presidente da comissão pró-fundação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATUIPE

AVISO DE LICITAÇÃO

**MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2025 Objeto: CONTRATAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA MICROGERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA CONECTADA À REDE ELÉTRICA DE BAIXA TENSÃO - RGE, EM ESCOLAS MUNICIPAIS CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E ANEXOS. Abertura: 10/04/2025. Horário: 09:00h. Edital: Rua Osório Ribeiro Nardes 152, 553336/0000. <https://www.catuipe.rs.gov.br>
Catuípe, 27 de Março de 2025.**

PAULO ROBERTO DALLA CORTE, Prefeito Municipal de Catuípe



SLC AGRÍCOLA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 89.096.457/0001-55 - NIRE 43300047521

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convocamos os Senhores Acionistas da SLC Agrícola S.A. ("Companhia"), na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2025, às 11h ("AG"), de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica ALFM Easy Voting ("Plataforma"), nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 81/22 ("Resolução CVM 81"), a fim de deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:** Em Assembleia Geral Ordinária: 1. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e respectivas contas dos Administradores, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, assim como o Parecer dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário. 2. Deliberar sobre a destinação do lucro do exercício social e a distribuição de dividendos, nos termos da proposta apresentada pela Administração. 3. Definir o número de membros do Conselho de Administração. 4. Eleger os membros do Conselho de Administração. 5. Deliberar acerca da independência dos candidatos aos cargos de membros independentes do Conselho de Administração da Companhia. 6. Fixar a remuneração anual global dos Administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado. Em Assembleia Geral Extraordinária: 1. Reratificar a Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 2019, que retificou as Assembleias Gerais Ordinárias de 2016, 2017 e 2018 para fazer constar, especificamente, as contas de reserva para as quais parte do lucro foi destinado e ratificou no restante. 2. Reratificar a Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 2024 que retificou as Atas das Assembleias Gerais Ordinárias de 2020, 2021, 2022 e 2023 para ajustar os valores nas contas de reserva específicas para as quais o lucro foi destinado, e ratificou no restante. 3. Reratificar a Ata de Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2024 para ajustar os valores nas contas de reserva específicas para as quais o lucro foi destinado. 4. Deliberar sobre o acréscimo de atividade ao objeto social da Companhia. 5. Em decorrência do acréscimo de atividade ao objeto social, alterar a redação do artigo 3º Estatuto Social da Companhia. 6. Consolidar o Estatuto Social da Companhia. **Informações Gerais:** Os acionistas ou procuradores que desejarem participar remotamente, por meio da Plataforma, deverão realizar seu pré-cadastro, impreterivelmente, até o dia 27 de abril de 2025 (inclusive), mediante acesso ao link: https://easyyvoting.allm.adv.br/acionista_wpconsentimento.aspx?CixW0jdnQS4JAgUx1h1BxdSJkv1VLPh9rXXKIj-ijWzDpk3er2xq2BcbCEbz_ptn. Os detalhes e informações relevantes e necessárias à orientação do Acionista estão contidas na Proposta de Administração e no Manual de Participação da AG, disponíveis nos sites de Relações com Investidores da Companhia (www.risclagricola.com.br) e da CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br>). A Companhia solicita que os acionistas apresentem o documento de identificação e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso, como instrumento de mandato. Nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação no prazo estabelecido. Após a devida análise do cadastro do Acionista, a Companhia disponibilizará um e-mail contendo novas informações para acesso à Plataforma que transmitirá a AG, devendo o acionista não receber tal informação até 24 horas antes da data de realização da AG, entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores através do e-mail ri@slclagricola.com.br, com cópia para juridico@slclagricola.com.br. A Companhia esclarece que, excepcionalmente, esta AG, dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para a sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notificação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do Acionista, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. A Companhia adotará para esta AG o procedimento de voto a distância, conforme previsto na Resolução CVM 81. Assim, o acionista que optar por exercer direito de voto a distância por meio do Boletim de Voto à Distância, poderá preenchê-lo observadas as orientações e enviá-lo, conforme orientações abaixo: (1) A COMPANHIA: juntamente com o Boletim, o Acionista deve enviar os seguintes documentos: (i) Pessoa Física - documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional; (ii) Pessoa Jurídica (PJ) e Fundos de Investimento (FI) - a) documento de identidade com foto do seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional; b) contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado (no caso de PJ), ou regulamento consolidado e atualizado do fundo (no caso de FI); e c) documento que comprove os poderes de representação. (2) AO AGENTE DE CUSTÓDIA: para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus Agentes de Custódia e verificar os procedimentos para emissão das instruções de voto via Boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal. (3) AO BANCO ESCRITURADOR: essa opção destina-se, exclusivamente, aos Acionistas detentores de ações depositadas no Banco Itaú S.A., que é o banco escriturador da Companhia. O Itaú criou o site Assembleia Digital, uma solução segura onde é possível realizar o voto a distância. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. **Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no site: <http://www.itaou.com.br/seguritiesservices/assembleiadigital/>.** (4) AO DEPOSITÁRIO CENTRAL: Os acionistas podem encaminhar seus votos diretamente ao depositário central, observadas as regras por ele determinadas para a emissão das instruções de voto via Boletim. A Companhia alerta que, em qualquer dessas hipóteses, o Boletim de Voto a Distância deverá ser recebido pela Companhia em até, no máximo, 4 (quatro) dias corridos antes da data de realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, ou seja, até às 23h59min do dia 25 de abril de 2025. Para a requisição da adoção de voto múltiplo, o percentual mínimo de participação no capital votante é de 5% (cinco por cento), conforme estabelece a Resolução CVM nº. 070/2022 ("RCVM 70"). Ainda, nos termos do §1º do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, o requerimento para adoção do voto múltiplo deverá ser realizado pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia Geral Ordinária. Para fins do art. 4. da RCVM 70, o percentual mínimo de participação no capital social votante da Companhia necessário para o pedido de instalação do Conselho Fiscal é de 2% (dois por cento). Os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, bem como os previstos na Resolução CVM 81 e no Manual para Participação de Acionistas - Assembleia Geral Ordinária encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Companhia, na unidade descrita no preâmbulo deste edital e nos sites: (www.cvm.com.br, www.b3.com.br e www.sclagricola.com.br/ri/). Ressalta-se que as orientações detalhadas para o envio do Boletim a cada uma das opções mencionadas acima encontram-se na Proposta da Administração e Manual de Participação em Assembleias, disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (www.risclagricola.com.br) e da CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br>). Em consonância com a prática adotada nos últimos anos, a Companhia opta por realizar esta AG em formato exclusivamente digital, de modo a ampliar a participação e a interação entre os acionistas e a administração, assegurando esclarecimentos imediatos e simultâneos de dúvidas, independentemente da localização dos participantes, promovendo, assim, maior transparência e eficiência na condução dos trabalhos. Porto Alegre, 25 de março de 2025. Eduardo Silva Logemann - Presidente do Conselho de Administração.

HOSPITAL BENEFICENTE SÃO JOÃO BOSCO
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
ATIVO CONSOLIDADO 31/12/2024 31/12/2023
CIRCULANTE 43.519.903,11 35.446.484,92
Caixa e Equivalentes de Caixa 32.337.024,89 28.039.221,75
Outros Valores e Bens 1.082.673,73 1.043.743,73
Outros Ativos 1.099.204,49 6.403.259,44

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
CONSOLIDADO 31/12/2024 31/12/2023
Atividades Operacionais 7.196.945,06 7.603.682,54
Atividades de Investimentos (831.410,29) (945.255,69)
Atividades Financeiras (1.831.688,47) (3.762.555,90)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL - O HOSPITAL BENEFICENTE SÃO JOÃO BOSCO, inscrito no CNPJ sob nº 88.654.298/0001-02, estabelecido à Rua Osvaldo Aranha, 978 em São Marcos/RS fundado em 15 de fevereiro de 1932, é pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, de natureza assistencial à saúde. Com reconhecimento de Utilidade Pública Federal conforme portaria nº. 32 de 14 de setembro de 1993 e Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS válido até o dia 31 de dezembro de 2024, conforme Portaria 340 de 03 de agosto de 2022.

produtos para revenda; e, R\$9.646,20 (nove mil seiscentos e quarenta e seis reais com vinte centavos) contabilizado na Filial Ville Del Bosco representando materiais de uso e consumo. 4.5 Imobilizado: os bens integrantes do ativo imobilizado estão demonstrados pelo custo de aquisição corrigido monetariamente pelos índices oficiais até 31/12/1995. As depreciações foram calculadas pelo custo corrigido, pelo método linear dentro dos limites permitidos pela legislação. 4.6 Ativo Intangível: os ativos intangíveis correspondem a softwares e licenças de direito de uso. São mensurados pelo custo de aquisição e, deduzidos da amortização acumulada. 4.7 Ativo Realizável a Longo Prazo: o valor constante na conta "Obra Clínica Padre Pedro" corresponde a obra em andamento da instituição, mensurada pelo custo de mão de obra, materiais e custo do projeto. No que se refere a conta "Realizável a Longo Prazo", demonstra valores a receber que ultrapassam 360 dias. 4.8 As Despesas e as Receitas: Foram reconhecidas obedecendo ao regime de competência do exercício, de acordo com a legislação fiscal e normas brasileiras de contabilidade. 4.9 Auração do Resultado: As Receitas e as Despesas correspondentes ao resultado das transações são apuradas pelo regime de competência dos exercícios. 5.0 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: A moeda funcional da entidade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. 5.1 Transferências Internas: constas classificadas no ativo e passivo destinados a evidenciar as transferências entre Matriz e Filiais.

NOTA 13 - DOS FINS FILANTRÓPICOS E DE ASSISTENCIA SOCIAL - A Entidade atende indiscriminadamente a todos os usuários que buscam seus serviços na área da saúde. No atendimento de seus objetivos ofertou a prestação de todos os seus serviços hospitalares ao SUS no percentual mínimo de sessenta por cento medidos por paciente dia e cumpriu as metas qualitativas e quantitativas e de atendimentos ambulatoriais estabelecidos com o Gestor. NOTA 14 - OBRIGAÇÕES DA SAÚDE PARA FINS DE CEBAS - Através da Portaria nº Portaria 340 de 03 de agosto de 2022, o Hospital Beneficente São João Bosco renovou seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área da saúde, para o período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024. Através do protocolo 25000.190314/2024-00 de 17/12/2024 encaminhou a renovação tempestiva do CEBAS SAÚDE. A instituição formalizou sua contratualização com o Gestor Local do SUS, mantendo também atualizados seus dados no Cadastro Nacional de Entidades de Saúde (CNE/S).

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis vigentes, abrangendo a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), observando a legislação no que diz respeito à filantropia. Os demonstrativos do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2023, de forma a permitir a comparabilidade de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade. A Entidade possui duas filiais com atividades iniciadas, denominadas Farmácia Nossa Senhora Aparecida e Residencial Ville Del Bosco, conforme Art. 4º § 1º e 2º de seu Estatuto Social. A contabilização foi realizada de forma centralizada e os demonstrativos contábeis apresentados de forma consolidada, demonstrando aos usuários o resultado do grupo econômico. NOTA 03 - FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL - A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. A Entidade mantém organização e em boa guarda os documentos contábeis, que são compostos por documentos, livros, papéis, registros, relatórios que apoiem e comprovem os lançamentos contábeis. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes".

NOTA 05 - DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - O superávit do exercício de 2024 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências Legais, estatutárias e de acordo com a Resolução CFC nº. 1.409/2012 - ITG 2002 (R1). NOTA 06 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS - Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais. NOTA 07 - PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDEZ DUVIDOSA - A entidade não possui provisão para créditos de liquidez duvidosa em virtude de a administração entender que a instituição não possui inadimplentes. NOTA 08 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) - A entidade elabora a demonstração do fluxo de caixa de acordo com os requisitos técnicos e apresenta-a como parte integrante das suas demonstrações contábeis apresentadas ao final de cada período. O método na elaboração do Fluxo de Caixa que a entidade optou foi o indireto. NOTA 09 - COBERTURA DE SEGUROS - Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. Os valores seguros são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. NOTA 10 - CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - A contabilidade foi elaborada de forma centralizada e as demonstrações contábeis consolidadas ao final do período. NOTA 11 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO - A conta de patrimônio líquido da entidade apresentou um saldo em 31/12/2024 de R\$ 72.836.150,58. O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do superávit do exercício, os bens recebidos através de doações patrimoniais e o ajuste de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado. NOTA 12 - DA RESERVA DE DOAÇÕES E SUBVENÇÕES PATRIMONIAIS - A reserva de Doações e Subvenções Patrimoniais foi criada com a finalidade de custear os atendimentos da instituição hospitalar ao longo de exercícios futuros. É constituída pelos valores recebidos através de convênios firmados, sendo sua remuneração destinada para a prestação de serviços conforme finalidade estatutária da instituição. Neste exercício será baixado o valor de R\$1.000.000,00 que será incorporado ao Patrimônio Social Líquido, não havendo mais saldo a considerar nesta conta.

NOTA 10 - CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - A contabilidade foi elaborada de forma centralizada e as demonstrações contábeis consolidadas ao final do período. NOTA 11 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO - A conta de patrimônio líquido da entidade apresentou um saldo em 31/12/2024 de R\$ 72.836.150,58. O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do superávit do exercício, os bens recebidos através de doações patrimoniais e o ajuste de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado. NOTA 12 - DA RESERVA DE DOAÇÕES E SUBVENÇÕES PATRIMONIAIS - A reserva de Doações e Subvenções Patrimoniais foi criada com a finalidade de custear os atendimentos da instituição hospitalar ao longo de exercícios futuros. É constituída pelos valores recebidos através de convênios firmados, sendo sua remuneração destinada para a prestação de serviços conforme finalidade estatutária da instituição. Neste exercício será baixado o valor de R\$1.000.000,00 que será incorporado ao Patrimônio Social Líquido, não havendo mais saldo a considerar nesta conta.

INCENTIVOS GOVERNAMENTAIS
CONCEDENTE 2024
INTEGRA SUS R\$ 23.768,88
Incentivo de Apoio a Contratualização - IAC R\$ 394.127,04
Programa Assistir R\$ 966.924,00
TOTAL R\$ 1.384.819,92

SUBVENÇÕES:
CONCEDENTE 2024
PORTARIA SES 160/2024 R\$ 100.000,00
PORTARIA 3674 DE 29/04/2024 R\$ 328.079,00
PORTARIA 3626 DE 29/04/2024 R\$ 150.000,00
PORTARIA 4779 DE 19/07/2024 R\$24.414,72
PORTARIA SES 301/2024 R\$ 100.000,00
TOTAL R\$ 702.493,72

ISENÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS
Matriz Filial FNSA Filial Ville Consolidado
Isenção Quota Patronal R\$926.771,49 R\$376.662,19 R\$88.768,28 R\$1.392.201,96
Isenção Pis s/ Folha R\$33.337,12 R\$12.809,99 R\$2.959,22 R\$49.106,33
Total: R\$960.108,61 R\$389.472,18 R\$91.727,50 R\$1.441.308,29

NOTA 16 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA - Atendendo aos dispositivos do art. 150, inciso VI, alínea C, parágrafo 4º e art. 195 parágrafo 7º da Constituição Federal, a Instituição é imune de tributação de impostos sobre a renda, o patrimônio e serviços. Para usufruir desta instituição segue os requisitos estabelecidos pela legislação, dentre eles: não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado; Aplica integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; mantêm escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão. NOTA 18 - DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM ASSISTÊNCIA À SAÚDE - A Entidade ofertou a prestação de seus serviços ao Gestor Local do SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) que pode ser comprovado pelas informações que a Entidade inseriu no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), no Sistema de Informação Hospitalar (SIH) e no Sistema de Comunicação de Internação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA).

São Marcos/RS, 31 de dezembro de 2024
Sérgio Luiz Bertolozzi Presidente Contadora - CRC-RS 084758
CPF: 280.291.600-97 CPF: 010.306.080-40
Micheli Luchi

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Aos Membros da Diretoria e Conselhos
Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis do HOSPITAL BENEFICENTE SÃO JOÃO BOSCO, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração é responsável pela elaboração de demonstrações contábeis que apresentem uma visão verdadeira e justa de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança do HOSPITAL BENEFICENTE SÃO JOÃO BOSCO são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou

erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
Avalliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Porto Alegre, 19 de março de 2025
documento assinado digitalmente
ANDRÉ DAYAN DE CARVALHO FERREIRA
Data: 19/03/2025 10:17:742-0300
verifique em https://validar.iti.gov.br
André Dayan de Carvalho Ferreira
CRC/RS 053471/O-5

Concessão de florestas desmatadas não atrai grandes empresas

Algumas das maiores desenvolvedoras de crédito de carbono do Brasil não participarão da primeira concessão de florestas desmatadas do País. As empresas tinham até segunda-feira passada para enviar seus lances para a B3, onde ocorrerá a abertura dos envelopes nesta sexta. O processo é organizado pelo governo do Pará.

Das grandes desenvolvedoras, apenas a Systemica, ligada ao BTG Pactual, e a BR Carbon entregaram os envelopes. Já Mombak, Carbonext, Ambipar, Future Climate, Biofix e Wildlife Works não participarão. A Re.green, dos Moreira Salles e Arminio Fraga, também não teria entregue, segundo uma fonte - a empresa é uma das maiores de restauração florestal do Brasil. Já a Geonoma, que ajudou a formular o projeto, optou por não participar para evitar contestações jurídicas.

A desistência de empresas importantes no setor decepcionou organizadores da concessão. Isso porque várias desenvolvedoras participaram de roadshows e consultas públicas nos últimos meses, o que havia animado autoridades paraenses. O engajamento neste edital é visto como fundamental pelo setor, uma vez que se trata da primeira concessão de restauração de florestas desmatadas do país. Nesse modelo, empresas se comprometem a restaurar áreas públicas desmatadas em troca de venderem créditos de carbono.

Um crédito de carbono equivale a uma tonelada de carbono que foi absorvida da atmosfera ou que deixou de ser emitida. Eles são vendidos, em sua grande maioria, a multinacionais que consomem muita energia, como as big techs. O negócio impulsiona a geração de valor financeiro na restauração florestal. Hoje, isso só é feito em áreas privadas compradas ou arrendadas pelas próprias desenvolvedoras, sem interferência pública.

Mas a preocupação de quem acompanha o tema é de que o desinteresse neste primeiro edital possa esfriar a empolgação de autoridades de outros estados e do próprio governo federal, que também prepara concessões para os próximos meses. Chamada de Unidade de Recuperação Triunfo do Xingu (URTX), a área a ser concedida na sexta fica em Altamira e tem 10 mil hectares. Ela está a 150 quilômetros da região urbana mais próxima e, segundo o executivo de uma das empresas que desistiram de participar, os bombeiros mais próximos demorariam cerca de dez horas para chegar à região caso a floresta pegasse fogo.

Greve de petroleiros envolve plano de carreira

Sindicatos filiados à Federação Única dos Petroleiros (FUP) e à Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) se preparam para uma greve de 24 horas.

Os trabalhadores protestam contra a redução dos dias em home office, diminuição da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e cobram contratação de funcionários, criação de plano integrado de carreiras e melhores condições para prestadores de serviços.

Na lista de reivindicações os sindicatos também está o equacionamento do déficit do plano Petros, previdência complementar privada dos colaboradores da estatal.

A estatal disse que foi notificada oficialmente pelas entidades sindicais sobre a mobilização e que tem mantido diálogo aberto com as entidades sindicais sobre os ajustes ao modelo híbrido de trabalho.

Segundo Eduardo Henrique, secretário-geral da FNP, o debate sobre o home office é um dos principais motivos para a greve. Ele menciona que houve uma paralisação de funcionários administrativos, também de 24 horas, no último dia 26, sobre o tema.

A partir de abril, começará a valer a redução de um dia de trabalho remoto, com três dias presenciais por semana. Atualmente, funcionários da empresa trabalham presencialmente dois dias por semana, exceto os gerentes.

As entidades também cobram que a estatal não diminua a remuneração variável, pagamento extra ao salário que é definido de acordo com o desempenho do funcionário e da empresa. Segundo as entidades, a estatal apresentou, em dezembro do ano passado, um plano de redução de 30% do benefício. A definição pode impactar o Participação nos Lucros e Resultados (PLR), Programa de Resultados e Desempenho (PRD) e abono anual.

A greve também se mobiliza contra a gestão de Magda Chambrind à frente da Petrobras, segundo representantes dos trabalhadores. As entidades afirmam que a atual administração tem tido pouco diálogo com trabalhadores e reivindicam que os canais de negociação sejam fortalecidos.



Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.s., as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 comparativamente a 31 de dezembro de 2023 e, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância à Lei das Sociedades por Ações – Lei 6.404/76 e alterações posteriores e pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis de forma resumida e com divulgação simultânea da íntegra dos documentos no link <https://dj.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/>. A Administração permanece ao inteiro dispor dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos desejados. Erechim/RS, 27/03/2025. A Administração.

Balço Patrimonial - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. Table with columns for Notas, 31/12/2024, and 31/12/2023. Rows include Ativo Circulante, Ativo Não Circulante, Passivo Circulante, and Passivo Não Circulante.

Demonstração do resultado - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. Table with columns for Notas, 31/12/2024, and 31/12/2023. Rows include Receita Líquida de Vendas, Custo dos Produtos Vendidos, Lucro Bruto, Despesas, and Resultado antes do Resultado Financeiro.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. Table with columns for Capital Social, Reserva Legal, Reservas de Lucros, Retenção de Lucros, Ajuste de Avaliação Patrimonial, Vir. justo, Lucros Acum., and Total. Rows show Saldos em 31/12/2022 and 31/12/2023.

Demonstração do Resultado Abrangente - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. Table with columns for 2024 and 2023. Rows include Resultado Líquido do Exercício, Valor Justo do Passivo Atuarial, Ajuste de Avaliação Patrimonial, and Efeito Fiscal.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. Table with columns for Notas, 31/12/2024, and 31/12/2023.

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. Table with columns for Notas, 31/12/2024, and 31/12/2023. Rows include Depreciações e Amortizações, Aquisição de Ativo Imob. e Intangível, AVP Clientes, and various adjustments.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto Operacional: A Peccin S.A. (a "Companhia" ou "Peccin") é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 15 de fevereiro de 1956, com sede em Erechim, no estado do Rio Grande do Sul. A Companhia tem como atividade principal a industrialização e comercialização nacional e internacional de balas, gomas de mascar, pirulitos, chocolates em geral. A Companhia é controlada pelas empresas: Holding Foco Participação, Dipar Participações, DGM Participações e pelo Sr. Dirceu Gilmar Pezzin. 2. Resumo das Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. 2.1 Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Administração aprovou as Demonstrações Financeiras da Companhia em 20 de março de 2025. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) bem como passivo atuarial, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.16. 2.2 Mudanças de políticas contábeis e divulgações: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024: Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses a partir da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu uma alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que uma entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subseqüentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantidade do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos

variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Alterações ao IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura liquidada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs. (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i). (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais nas divulgações efetuadas pela Companhia. 2.3 Principais Eventos Ocorridos em 2024: Enchentes no Estado do Rio Grande do Sul: No mês de maio de 2024, o estado do Rio Grande do Sul foi afetado por chuvas que acarretaram enchentes em várias regiões. As enchentes ocasionaram danos em propriedades, estradas, empresas e na economia de cada localidade atingida. As enchentes não atingiram a região onde a Companhia está sediada. Mesmo assim, houve monitoramento dos efeitos das enchentes nas operações. Foram concedidos prorrogação de prazo de pagamento para os clientes afetados e ajustes operacionais para garantir a efetividade das entregas dos produtos vendidos. A Companhia destaca que não houve impactos contábeis e financeiros significativos relativos a este evento. Impactos do aumento do preço do Cacau em 2024: No exercício de 2024, a Companhia enfrentou desafios significativos devido ao expressivo aumento no preço do cacau, matéria-prima essencial para a produção de wafers com cobertura de chocolates. A alta foi impulsionada por fatores como condições climáticas adversas nas principais regiões produtoras, restrições na oferta global e aumento na demanda do mercado internacional. Como consequência, os custos de produção foram substancialmente elevados, impactando as margens operacionais da Companhia. Para mitigar esses efeitos, foram adotadas estratégias como ajustes na precificação dos produtos, otimização da cadeia de suprimentos e revisão de contratos com fornecedores. Apesar dessas medidas, o cenário adverso influenciou o desempenho financeiro da Companhia, refletindo-se nos resultados do período. A Companhia segue acompanhando atentamente o mercado de cacau e buscando alternativas para minimizar impactos futuros, garantindo a sustentabilidade do negócio e a qualidade dos produtos. Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas: A atual estratégia de resposta da Companhia aos potenciais impactos da mudança climática concentra-se em monitorar possíveis impactos em preços de matérias primas e commodities que possam sofrer oscilações em função de efeitos climáticos, realiza busca por soluções sustentáveis, tratamento de efluentes e

menores fontes poluidoras. Os fatores de risco relacionados às mudanças climáticas, embora incertos, continuarão a ser acompanhados pela Administração. Reforma Tributária sobre o consumo: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. 3. Resumo das Principais Práticas Contábeis: 3.1 Conversão de Saldos em Moeda Estrangeira: Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

Dirceu Gilmar Pezzin CPF 307.815.660-53 Diretor Presidente Maurício Silva de Oliveira CPF 177.681.910-72 Cont. CRC/RS 068423/O-4

Jornal do Comércio Com o JC a informação chega até você! ASSINE AGORA [QR Code] Telefone: (51) 3213.1300 WhatsApp: (51) 3213.1397 E-mail: vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br

Jornal do Comércio 91
O jornal de economia e negócios do RS ANOS

CONECTE-SE AO JORNAL
MAIS COMPLETO
SOBRE ECONOMIA
E NEGÓCIOS DO
SUL DO PAÍS!

ASSINE AGORA



Telefone: (51) 3213.1300

WhatsApp: (51) 3213.1397

E-mail: vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br

SLC - MIT Empreendimentos Agrícolas S.A.

CNPJ 18.531.594/0001-22

Aviso

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. **Endereços Eletrônicos:** <https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/>

Relatório da Administração

SLC MIT Empreendimentos Agrícola S/A, em conformidade com suas obrigações legais e compromisso com a transparência, apresenta o Relatório da Administração referente ao exercício fiscal de 2024, destacando os principais resultados operacionais e financeiros da empresa.

1. Panorama do Setor Agrícola: No ano de 2024, o setor agrícola enfrentou desafios como variações climáticas, oscilações nos preços de *commodities* e custos de insumos elevados.

2. Resultados Operacionais

Em 2024, a companhia registrou uma redução de 56,7% no resultado bruto, quando comparado ao ano anterior, impactado pela diminuição nas margens das culturas de soja e algodão em pluma. Esse desempenho, aliado ao incremento nas despesas financeiras, resultou em um prejuízo líquido de R\$ 55.493 mil.

3. Desempenho Financeiro

Em 2024, os principais indicadores financeiros incluem: • Receita líquida de R\$ 565.614 mil; • Prejuízo de R\$ 55.493 mil, representando redução de 264,03% em relação ao ano anterior; • Capex de R\$ 28.363 mil substancialmente representado pelo investimento em correção de solo; • EBITDA de R\$ 77.645 mil e margem EBITDA de 14,1%.

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa.....	34.095	128.163	58.034	139.758	Fornecedores	68.856	46.887	141.293	116.618
Contas a receber de clientes.....	20.878	13.706	31.531	16.936	Empréstimos e financiamentos	22.994	43.820	62.984	118.184
Estoques.....	160.780	166.357	295.988	309.785	Impostos, taxas e contribuições diversas	468	10.267	928	11.829
Ativo biológico	72.726	79.421	154.224	149.319	Obrigações sociais e trabalhistas.....	2.944	4.206	6.054	8.619
Tributos a recuperar.....	5.675	10.793	11.904	15.509	Provisões para riscos tributários e trabalhistas.....	-	162	305	210
Outros Ativos Circulante.....	21.321	16.892	23.788	29.388	Dividendos a pagar.....	-	8.035	-	8.035
Total do ativo circulante.....	315.475	415.332	575.469	660.695	Passivo arrendamento com partes relacionadas	7.515	6.446	17.293	38.048
Não circulante					Passivo arrendamento com terceiros	2.416	1.954	10.444	7.836
Realizável a longo prazo	23.055	14.285	120.377	48.227	Adiantamento de clientes	12.817	29.645	19.264	39.088
Investimentos.....	-	36.548	-	-	Outros passivos circulante	42.696	37.311	92.835	52.835
Ativo de direito de uso.....	184.762	206.539	412.796	349.924	Total passivo circulante	160.706	188.733	351.400	401.301
Imobilizado	55.449	51.829	153.890	150.516	Não circulante				
Total do ativo não circulante	263.266	309.201	687.063	548.667	Empréstimos e financiamentos	40.158	45.240	339.104	189.430
Total do ativo.....	578.741	724.533	1.262.532	1.209.362	Perda de investimento em controlada	48.999	-	-	-
					Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.493	18.275	6.493	18.275
					Passivo de arrendamento com partes relacionadas	200.602	208.925	369.063	269.946
					Passivo de arrendamento com terceiros	3.849	4.921	69.764	69.940
					Operações com derivativos	7.899	12	16.673	2.043
					Total passivo não circulante.....	308.000	277.373	801.097	549.634
					Patrimônio líquido				
					Capital social	109.981	109.981	109.981	109.981
					Reservas de lucros.....	32.831	128.324	32.831	128.324
					Outros resultados abrangentes	(32.777)	20.122	(32.777)	20.122
					Total patrimônio líquido.....	110.035	258.427	110.035	258.427
					Total passivo e patrimônio líquido.....	578.741	724.533	1.262.532	1.209.362

Demonstração de Resultados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida.....	291.801	273.999	565.614	532.778
Variação do valor justo dos ativos biológicos e do valor realizável líquido dos produtos agrícolas	37.613	112.085	(16.658)	95.788
Custo dos produtos vendidos.....	(267.106)	(258.387)	(491.730)	(496.476)
Custo dos produtos	(219.470)	(170.920)	(501.788)	(385.803)
Realização do valor justo dos ativos biológicos.....	(47.636)	(87.467)	10.058	(110.673)
Resultado bruto.....	62.308	127.697	57.226	132.090
Recargas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas	(13.890)	(11.569)	(27.746)	(24.338)
Despesas gerais e administrativas.....	(8.187)	(8.703)	(15.002)	(15.002)
Resultado de equivalência patrimonial	(53.520)	(33.491)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(1.747)	(218)	(1.976)	512
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	(77.344)	(53.981)	(44.724)	(38.828)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	(15.036)	73.716	12.502	93.262
Resultado financeiro	(41.486)	(5.891)	(96.164)	(43.164)
Resultado antes dos impostos	(56.522)	67.825	(83.662)	50.098
Imposto de renda e contribuição social	1.029	(33.994)	28.169	(16.267)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício.....	(55.493)	33.831	(55.493)	33.831

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades líquidas (aplicadas nas) atividades operacionais	14.006	63.577	(13.136)	67.872
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimento.....	(10.996)	(12.523)	(29.303)	(29.470)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de financiamentos.....	(97.078)	(9.548)	(39.285)	(2.381)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa.....	(94.068)	41.506	(81.724)	36.021
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	128.163	86.657	139.758	103.737
Caixa e equivalentes de caixa - no final do exercício	34.095	128.163	58.034	139.758
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa.....	(94.068)	41.506	(81.724)	36.021

ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Abremontar contas a receber de clientes e outros créditos. *Caixa e equivalentes de caixa:* Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Itens classificados como caixa e equivalentes de caixa são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. *Passivos financeiros não derivativos:* O Grupo reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de passivos mensurados ao custo amortizado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e empréstimos, fornecedores, contratos de mútuos, arrendamentos com partes relacionadas, arrendamentos com terceiros, títulos a pagar e outras contas a pagar. *Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge:* A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda, contratos a termo de *commodities* e *swaps* de taxa de juros de proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio, o risco de variação dos preços de *commodities* e o risco de variação das taxas de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos. No momento da designação inicial do *hedge*, o Grupo formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*. O Grupo avalia, se os objetos de *hedge* previstos ou contratados permanecem no mesmo montante e período de vigência do instrumento de *hedge*. Adicionalmente é feito o acompanhamento continuamente para verificar se existe uma expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam eficazes na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o exercício para o qual o *hedge* é designado. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas abaixo. *Hedges de fluxos de caixa:* Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* em uma proteção (*hedge*) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuíveis a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Quando o item sujeito a *hedge* é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo exercício que os fluxos de caixa protegidos (*hedged*) afetam o resultado na mesma linha na demonstração de resultados como item objeto de *hedge*. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado no mesmo exercício em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado. Caso o instrumento de *hedge* não mais atenda aos critérios de contabilização de *hedge*, expire, ou seja, vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Grupo possuía operações classificadas na categoria de *hedge* de fluxo de caixa.

Conselho de Administração

Eduardo Silva Logemann - Presidente
Shinya Sosogi - Vice-Presidente
Aurélio Pavinato - Conselheiro
Jorge Luiz Silva Logemann - Conselheiro
Yoshinori Ikeda - Conselheiro

Diretoria

Aurélio Pavinato
Ivo Marcon Brum
Gustavo Macedo Lunardi

Contador

Aline Antunes e Silva CRC MA-010576/O-0

Relatório da Auditoria

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço <https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 21 de março de 2025, sem modificações.

Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, 21 de março de 2025.

1. Contexto operacional

Fundada em 04 de julho de 2013, a SLC-MIT Empreendimentos Agrícolas S.A., a seguir denominada como "Controladora", "SLC-MIT" ou "Companhia", e sua controlada (conjuntamente referidas como "o Grupo") têm como objeto social as atividades de agricultura; produção e comercialização de sementes e mudas; beneficiamento e comercialização de seus produtos, podendo exportá-los e importar bens para o seu uso e consumo próprio; fornecimento de bens e produtos agrícolas primários e mercadorias aos seus funcionários; prestação de serviços com máquinas e implementos agrícolas para terceiros; comércio, importação e exportação de produtos agrícolas; locação de veículos automotores, máquinas e equipamentos; e atividade de armazém geral.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("NBC TG"). A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, conforme previsto no OCPC 7 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Ressaltamos, ainda que, as políticas contábeis consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 21 de março de 2025. b) **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros são mensurados pelo valor justo; e • Os ativos biológicos, não classificados como plantas portadoras, mensurados pelo valor justo, utilizando a abordagem de renda e de mercado, deduzido das despesas com vendas e custos a incorrer a partir da transformação biológica relevante das culturas e do desmame ou aquisição do rebanho bovino; • Os produtos agrícolas após a colheita, mensurados pelo valor realizável líquido. c) **Moeda funcional e saldos em moedas estrangeira:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio de moeda funcional em vigor na data do balanço. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa qualificadas. d) **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento do grupo na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. e) **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis, para a contabilização de certos ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e exercício de julgamento são revisitados de maneira contínua e os resultados deste processo são reconhecidos tempestivamente e em quaisquer períodos futuros afetados. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas quando de sua efetiva realização. As informações sobre julgamentos, estimativas e premissas contábeis que podem resultar em efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão apresentadas a seguir:

Natureza

Mensuração do valor realizável líquidos dos produtos agrícolas
Mensuração do valor justo de ativos biológicos
Taxa de desconto aplicada na mensuração do passivo de arrendamento
Seleção de vidas úteis do ativo imobilizado
Provisões para riscos ambientais, civis, trabalhistas e tributários e passivos contingentes
Imposto de renda e contribuição social diferidos
Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros

3. Resumo das principais políticas contábeis

Ativo biológico: Com base no Pronunciamento técnico CPC 29 (R2), a Companhia mensura seus ativos biológicos ao final de cada período. Os ativos biológicos da Companhia são representados por culturas e por plantel de rebanho bovino. *Culturas em formação:* Com base no Pronunciamento técnico CPC 29 (R2), a Companhia mensura seus ativos biológicos ao final de cada período. Os ativos biológicos da Companhia são representados por culturas e por plantel de rebanho bovino. As culturas são substancialmente formadas por soja, milho, algodão e outras culturas de menor relevância, cujos produtos agrícolas após a colheita são vendidos a terceiros. Os ativos biológicos de culturas são mensurados pelos gastos incorridos com a formação das safras até o ponto de transformação biológica significativa, quando passam a ser avaliados pelo valor justo, deduzindo-se as despesas de vendas e custos de produção incorridos e a incorrer. O CPC 46, no item 72, para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo, estabelece uma hierarquia de valor justo. A mensuração a valor justo do ativo biológico das culturas inclui preços cotado em mercado ativo, ajustados para refletir novas informações, o que resulta na classificação como nível 3. Esta mensuração é baseada em diversas premissas adotadas pela administração da Companhia, para as quais foram utilizadas informações internas e externas, principalmente relacionadas a: volume de produtividade, rentabilidade, custos necessários para colocação em condição de venda, preços e taxa de desconto. O valor justo dos ativos biológicos é determinado utilizando-se abordagem de renda onde converte-se valores futuros (fluxos de caixa descontado para um único valor presente descontado), considerando basicamente: (a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada (hectares plantados multiplicados pela estimativa de produtividade), e do (ii) preço de mercado (preços fazenda) / preços dos contratos. (b) Saídas de caixa representadas pelo custo total de produção para a safra tais como: (i) sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, depreciações e mão de obra aplicada às culturas. Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e traz os correspondentes montantes a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível com o custo médio ponderado do capital. As variações de valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a conta "Variação do valor justo dos ativos biológicos", no resultado do exercício. A aplicação do CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, no item 66, aborda que, se a entidade tiver um contrato oneroso, a obrigação presente de acordo com o contrato deve ser reconhecida e mensurada como provisão. A Companhia captura os efeitos existentes nos seus contratos na mensuração a valor justo dos seus ativos biológicos, considerando em sua premissa de preço o valor dos seus contratos. *Rebanhos:* Os ativos biológicos formados por plantel de rebanho bovino são formados por gado cria e gado engorda e são avaliados pelo valor justo, pela metodologia de mercado, deduzindo-se as despesas de vendas, custos de aquisição, desde o seu registro no estoque ou na época da desmama para os bezerros nascidos, até o momento do seu abate. Em relação a hierarquia de valor justo, a mensuração do rebanho de gado bovino está classificada como nível 1 - preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou similares em mercados que não sejam ativos. A Companhia considerou os preços praticados no mercado de gado nas regiões considerando o mercado principal e através das métricas utilizadas no mercado. Desta forma, a mensuração é baseada na arropa, na raça e na faixa etária e os custos necessários para colocação em condição de venda. A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações. *Instrumentos financeiros: Ativos financeiros não derivativos:* O Grupo reconhece os empréstimos e recebeíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. *Custo amortizado:* Ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado. Tais



CNPJ Nº 88.447.032/0001-80
NIRE 4330007766
Em Recuperação Judicial

Aos Aclionistas da Moínhos de Trigo Indígena S.A. - MOTRISA - Porto Alegre/RS
Prezados (as) Senhores (as): Cumprindo determinações legais e estatutárias, a Direção submete à sua apreciação, o presente relatório, as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, acompanhadas das notas explicativas necessárias ao entendimento dos elementos demonstrados.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

A Diretoria
André Reinaldo-Diretor Superintendente
Eloeste Ludwig-Diretor Executivo

Table with 4 main columns: ATIVO Circulante, ATIVO Não Circulante, PASSIVO Circulante, PASSIVO Não Circulante. Includes sub-totals for 2024 and 2023, and a summary of the balance sheet.

Table titled 'Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)'. Shows changes in equity components like Capital Social, Reservas de Lucros, and Ações em Tesouraria.


Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais, exceto quando mencionado diferente)
1.Contexto Operacional: A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado e completou 90 anos em 25 de junho de 2024, com sede em Porto Alegre/RS e filiais em Aracaju/SE, Salvador/BA, Maceió/AL e Cabo de Santo Agostinho/PE.

Table titled 'Composição dos saldos' showing Depreciação acumulada and Custo for various assets like Terras e Terrenos, Edificações e Construções, Máquinas e Equipamentos, etc.

Table titled 'Composição dos saldos' showing Amortização acumulada and Custo for intangible assets like Desenvolvimento Tecnológico, Softwares, Marcas e Patentes.

continua...

...continuação

 MOTRISA MOINHOS DE TRIGO INDIGENA S.A. CNPJ Nº 88.447.032/0001-80 NIRE 4330007766 Em Recuperação Judicial	
7. Provisões para Contingências	
Descrição	2024
Trabalhistas (a)	577.157,09
Cíveis (b)	86.909,34
Honorários advocatícios (c)	1.097.894,83
Total	1.761.961,26
	2023
	565.933,63
	86.909,34
	1.097.894,83
	1.750.737,80

A Companhia é parte em ações judiciais de naturezas, tributárias, previdenciárias e cíveis. As ações estão parcialmente garantidas por depósitos judiciais, em conta vinculada, classificada no Ativo Não Circulante. a) As provisões trabalhistas envolvem principalmente reclamações de horas extras, adicionais e vínculo empregatício. b)

Estão relacionadas a processos indenizatórios na esfera Cível. c) A provisão de honorários advocatícios corresponde ao percentual do ganho sobre os processos que são considerados como perda remota pelos consultores jurídicos. A Companhia também possui outras ações judiciais em andamento que de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos foram consideradas com probabilidade de perda possível, que em 31 de dezembro de 2024 totalizavam o montante de aproximadamente R\$ 79.171.101,72 (R\$ 79.171.101,72 em 2023).


8. Patrimônio líquido e destinação de resultados: a. **Capital Social:** Pertencente inteiramente a acionistas domiciliados no país. Subscrito e integralizado e representado por 44.000.000 (quarenta e quatro milhões) de ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

9. Subvenções governamentais: As subvenções governamentais recebidas pela Companhia tem a natureza de subvenção para investimento, sendo ela monetária e registrada

pelo seu valor nominal. Referente ao incentivo fiscal estadual PSDI – Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial, no Estado de Sergipe, decorrente da aquisição de trigo a granel, o benefício concedido no exercício foi de R\$ 6.523.839,33 (R\$ 9.795.910,05 em 2023), alocado ao resultado na linha Tributos sobre vendas.

10. Receita Líquida de Vendas

	2024	2023
Receita bruta	2024	2023
Farinhas de trigo e derivados	137.064.631,42	171.853.154,28
(29.194.180,10)	(34.705.478,04)	
32.877.248,90	(39.742.702,66)	
5.920.384,23	9.795.910,05	
(2.237.315,43)	(4.758.685,43)	
107.870.451,32	137.147.676,24	

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA
Fernando Munhós Thormann Presidente	André Reinaldo - Diretor Superintendente
Meline Camargo Matiotti Vice-Presidente	Eloeste Ludwig - Diretor Executivo
Anécia Severina Pereira Thormann Conselheira	Maria Rosiane Souza Silva Contadora CRC SE-004644/O-2 CPF 479.231.725-87
Henrique Longo Thormann Conselheira	
Marlene Kerber Mello Godoy Conselheira	
Pedro Tocchetto Thormann Conselheiro	

Com preço em alta, ladrões furtam até café no pé em Minas

A alta recorde na cotação do café tem provocado um temor até então quase não existente entre cafeicultores do interior de Minas Gerais, maior produtor do mundo: se antes os produtores rurais temiam perder máquinas, implementos e fertilizantes, agora estão se preocupando até mesmo com furtos de café ainda no pé. Cotado a mais de R\$ 2.500 a saca de 60 quilos, o café se transformou em alvo fácil, seja do crime organizado, seja de pequenos ladrões, em pequenas e grandes lavouras mineiras.

Nos últimos meses, produtores principalmente do sul de Minas, mas também do Triângulo Mineiro e da Zona da Mata, têm mostrado preocupação com a perda de parte da produção e a violência no campo. A maioria integra a agricultura familiar, e qualquer prejuízo no campo causa reflexos no orçamento no decorrer do ano. A avaliação de agentes de segurança, dirigentes de associações e produtores é de que o café se tornou tão lucrativo para criminosos que furtar o grão é mais vantajoso do que roubar outros bens na zona rural.

Os casos de pequenos furtos têm se sucedido nos últimos 12 meses nas lavouras mineiras, normalmente praticados por ladrões sozinhos e à noite, para tentar chamar menos a atenção nas propriedades. Foi o que aconteceu no mês passado, em Illicínea, no sul de Minas, quando um homem que furtava café diretamente dos pés foi detido com uma saca cheia de grãos e galhos.

Em Campestre, ainda em 2024, ladrões furtaram durante a noite café direto no pé e, em São Sebastião do Paraíso, o criminoso foi além, ao furtar pés de café recentemente plantados. “Vocês sabem o preço que está o café, né? Vocês já imaginaram como que vai ser a segurança desses produtores nessa próxima safra, com o preço do café lá em cima?”, questionou num vídeo o prefeito de São Sebastião do Paraíso, Marcelo Moraes (PSD), em que ele narra o ocorrido.

Embora registrado desde o ano passado, o problema tem ganhado escala com as seguidas valorizações no preço do café arábica. Cotada na última sexta (21) a R\$ 2.553, a saca do café iniciou 2025 custando R\$ 2.241, enquanto um ano antes valia R\$ 1.003, em valores nominais, segundo o Cepea (Centro de Estudos Avan-

çados em Economia Aplicada), da Esalq/USP. Em dólares, o preço saltou de US\$ 204,34, no começo do ano passado, para US\$ 363,65, no início deste ano - e US\$ 446,68, na última sexta. Em Machado, um ladrão apanhou café em uma rua de um sítio, num período em que a saca custava R\$ 1.400. À época o furto, de cerca de seis sacas, gerou prejuízo de R\$ 8.400 ao cafeicultor -R\$ 15 mil, na cotação atual.

“A gente vai cercando, tem câmara, porteira, muitos cachorros, mas está difícil. Até roubo de café no pé. Acho que eu tenho mais medo de ser roubado no pé do que no barracão. Porque a gente mora meio afastado, a estrada é estreita, passa muito vizinho. Mas as lavouras ficam longe. Com o café nesse preço, para o cara ir lá e apanhar um saco de café basta meia hora”, disse o cafeicultor Zuliander Silva, 34, de Alpinópolis.

A preocupação com a safra deste ano fez com que ele e seus vizinhos marcassem uma reunião para discutir a insegurança no campo. “Se deixar ensacado, adeus, aí que eles [ladrões] acham bom. Ensacado já furtaram, não largamos mais, porque aí roubam mesmo.” Produtores afirmam que o furto do café ainda no pé, muitas vezes verde, pode impactar na qualidade do produto no mercado.

O tema também foi discutido por produtores e entidades em Guaxupé durante a Femagri, feira organizada pela Cooxupé, maior cooperativa do setor no país, que recebeu 42 mil visitantes em três dias.

José Eduardo dos Santos Júnior, superintendente de desenvolvimento do cooperado da Cooxupé, resume o motivo do temor dos produtores: “O cara [ladrão] vai lá e rouba o café que está pronto. Fertilizantes não compensam para ele. Uma tonelada de fertilizante custa R\$ 2.500, um saco de café custa R\$ 2.500. Ele carrega sozinho o preço de uma tonelada de fertilizante.”

Além de crimes a conta-gotas, há ações de quadrilhas em alguns locais. Em Jacutinga, a Polícia Civil recuperou na última quarta (19) uma carga de café avaliada em R\$ 2 milhões que tinha sido furtada no porto de Santos. Além do carregamento, num galpão foram achados sacos de café beneficiado e pronto para exportação.

No mês passado, sete pessoas

foram presas sob a suspeita de integrarem uma quadrilha que roubou uma carga de café em agosto em Lavras. Outros crimes contra produtores foram registrados em cidades como Conceição da Aparecida -duas tentativas de sequestro nos últimos 30 dias-, São José da Barra e Campo do Meio.

O tema também está sendo discutido dentro da Ameg (Associação Pública dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Grande), que engloba 24 municípios, todos produtores de café, e na Assembleia Legislativa mineira. No dia 17, a Assembleia teve uma audiência pública com polícias, parlamentares, produtores e prefeitos para debater o planejamento das forças de segurança para prevenir e enfrentar o roubo de sacas de café e de crimes contra produtores e trabalhadores das lavouras.

Autor do pedido, o deputado estadual Professor Cleiton (PV) disse na audiência que o objetivo é buscar a proteção do produtor e de sua família e da produção, além de já preparar o setor para o cenário num futuro próximo -caso a cotação siga em alta, o que é previsto para este ano.

“Nós fomos motivados pelas diversas notícias que já chegam de quadrilhas que estão se formando, sabedores da situação que a gente vive no sul de Minas, na fronteira com o Rio de Janeiro, onde se encontra o Comando Vermelho, na fronteira com São Paulo, onde está o PCC”, disse.

O coronel Jardel Trajano de Oliveira Gomes, comandante da 18ª região da Polícia Militar, que abrange 55 municípios no sul e sudoeste de Minas, disse na Femagri que a segurança deve ser tratada ao longo dos anos, e não só no momento atual, em que o preço do café chama a atenção, e que é preciso integração dos envolvidos. Afirmou ainda que as polícias estão trabalhando em busca de identificar quadrilhas que atuam na região.

“Mas, sozinhas, a Polícia Militar e a Polícia Civil não conseguirão fazer nada. É preciso que haja mudança de comportamento de todos. Precisamos do envolvimento das prefeituras, das cooperativas, dos sindicatos, das comunidades, dos fazendeiros, de todos.” Entre os exemplos de mudança de comportamento que Trajano citou estão investimentos em equipamentos de segurança e até mesmo a colocação de cadeados nas porteiras.

FORJASUL CANOAS S/A – IND. METALÚRGICA

CNPJ 88.313.853/0001-24 – NIRE 43300003621 – Canoas, RS.
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Ficam os acionistas de Forjasul Canoas S/A Indústria Metalúrgica, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Tupi, 200, Bairro Igará, em Canoas/RS, CEP 92.410-310, CONVOCADOS para Assembleia Geral Ordinária, que ocorrerá no dia 10 de abril de 2025, às 14:00 hrs, na sede social da Companhia, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; 2) Deliberar e destinar o resultado desse exercício social; 3) Fixar os honorários da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; e, 4) Eleição do Conselho Fiscal.
 Canoas/RS, 27 de março de 2025. **Roberto João Manfroi** – Presidente do Conselho de Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALENTIM DO SUL

RETIFICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 006.2024

O MUNICÍPIO DE SÃO VALENTIM DO SUL/RS, pelo seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações e demais normas que regem a espécie, referente ao Processo de Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇOS Nº 006.2025** do tipo **MINOR PREÇO POR ITEM** no Município de São Valentim do Sul, torna público que **FAZ RETIFICAÇÃO**, para alterar o seguinte: 1. Item 01 – Tubos de concreto simples, diâmetro 30 cm, macho e fêmea, conforme norma NBR 8890. 2. Fica retificada a data da realização do certame para o dia **10 DE ABRIL DE 2025** às 09 horas, as demais normas do Edital permanecem inalteradas.

São Valentim do Sul, 26 de março de 2024.
MOISÉS CAVANUS, Prefeito Municipal

ELEIÇÕES SINDICAIS

Em cumprimento ao disposto no artigo 108 do Estatuto Social desta Entidade, tornamos público que no dia 13 de Março de 2025, foram realizadas as eleições neste Sindicato, tendo sido eleitos os seguintes associados para comporem os seus órgãos de administração e representação: **DIRETORIA-EFETIVOS** – Wagner Fabian Spadotto, Edio José Knorst, Paulo Cesar dos Santos, Leandro da Silva e Tailson Grassi Albino - **SUPLENTES** - Adriano Peres Nunes, Mafaldo Pugem, Servilho Corneau Correa e Sidnei Odair Sebben - **CONSELHO FISCAL** – EFETIVOS - Elcio Teodoro dos Santos, Palmiro Mattos Soares, Roni Miguel da Rosa SUPLENTES –Valdetar Martins de Oliveira, Paulo Fernando Franco Rodrigues e Arlei Flamarion Schneider. **CONSELHO CONSULTIVO** – EFETIVOS – Luis Fernando Duarte Machado, Luis Alberto Flores de Freitas, Sandro Luis de Souza, José Maus, Alvaro Fidelis, João Evaldo Schneider, Vanderlei Nerino dos Santos, Valdir Ferreira Oviedo, Claudécir Rogério Wazlawick e Ivan Martins dos Santos - **DELEGADOS REPRESENTANTES** – EFETIVOS – Wagner Fabian Spadotto e Servilho Corneau Correa- **SUPLENTES** – Paulo Cesar dos Santos e Mafaldo Pugem.

Os componentes dos aludidos órgãos serão empossados no dia 25 de abril de 2025.
 São Leopoldo, 27 de março de 2025.
Wagner Fabian Spadotto
 Presidente



MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS

AVISO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Prefeito, no uso das atribuições legais, informa que o o aviso que circulou na data de 25/03/2025 referente a Lic. 62/2025, Pregão Eletrônico 33/2025, onde se lê 08/04/2025, leia-se **14/04/2025**. Arlei Luis Tomazoni – Prefeito

Lic. 63/2025. Pregão Eletrônico 34/2025. Obj. Registro de preços, para eventual e futura aquisição de massa asfáltica usinado a quente (acbuq), sacas de 25 kg, conforme termo de referência (Anexo I), deste edital. Critério de julgamento: Menor preço por item. Credenciamento e recebimento das propostas até às 08h10min do dia 10/04/2025, através do site: www.portaldecompraspublicas.com.br

Lic. 64/2025. Inexigibilidade 22/2025. Obj. Contratação da empresa FAMURS, CNPJ: 88.733.811/0001-42, para fornecimentos de capacitação para o O Vice-Prefeito, a Secretária de Assistência Social,, A Secretária de Saúde e o Secretário de Administração, no curso sobre “Os desafios do Mandato 2025-2028”. Valor R\$1.960,00. Base Legal: Art. 74 III “f” e art. 72 da Lei Federal 14.133/2021.

Lic. 65/2025. Inexigibilidade 23/2025. Obj. Contratação da empresa UNIÃO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO RS, CNPJ: 05.387.322/0001-59, para fornecimento de capacitação para os servidores da SMEC. Valor R\$900,00. Base Legal: Art. 74 III “f” e art. 72 da Lei Federal 14.133/2021.

Lic. 66/2025. Concorrência Eletrônica 07/2025. Obj. Concessão administrativa de uso, onerosa, do QUIOSQUE DA PRAÇA RENEU GERALDINO MERTZ, localizado na quadra 47, constante da matrícula n.º 6.422 do Registro de Imóveis da Comarca de Três Passos/RS., nos termos da autorização para Concessão de direito de uso e exploração do imóvel prevista na Lei Municipal 5.874 de 21 de março de 2023, pelo prazo de 5 (cinco) anos, de acordo com Termo de Referência, para a instalação de estabelecimento do ramo alimentício, com preparo e fornecimento de refeições, lanches e similares, necessariamente realizado no espaço concedido, além do comércio de bebidas. Critério de julgamento: Maior valor/lance. Credenciamento e recebimento das propostas até às 08h10min do dia 22/04/2025, através do site: www.portaldecompraspublicas.com.br

Lic. 67/2025. Inexigibilidade 24/2025. Obj. Contratação da empresa CLEOMARA GONZATTO E CIA LTDA, CNPJ 21.971.919/0001-00, para prestação de serviços de atividades aquáticas e hidroginástica, para pacientes portadores de fibromialgia e pacientes usuários do Centro Psicossocial. Valor R\$55.680,00. Base Legal: Art. 74 CAPUT e art. 72 da Lei Federal 14.133/2021.

Editais disponíveis na íntegra no site: www.trespasos.rs.gov.br/licitacoes 2025. Informações Fone 55 3522 0403. Arlei Luis Tomazoni – Prefeito Municipal.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA RIO GRANDE DO SUL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90037/2024

O Diretor-Geral do *Campus* Caxias do Sul do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados, que se encontra instaurado o Processo Licitatório nº 90037/2024, na MODALIDADE: Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços. OBJETO: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA O IFRS.**

EDITAL a partir de 26/03/2025, através dos sites www.comprasgovernamentais.gov.br e <https://ifrs.edu.br/caxias/administracao-e-planejamento/licitacoes-e-contratos/licitacoes/> e pelo e-mail licitacao@caxias.ifrs.edu.br

SESSÃO PÚBLICA: 10/04/2025, às 9:00 horas, através do Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br.

Caxias do Sul – RS, 25/03/2025
Jeferson Luiz Fachinetto
 Diretor-Geral

UNICASA

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.
CNPJ nº 90.441.460/0001-48 - NIRE 43 3 000004451 3

UCAS
B3 LISTED NM

ITAG B3
IGC B3

Aviso: 1. As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. 2. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: • <https://ri.unicasamoveis.com.br>; • <https://www.cvm.gov.br>; • <https://www.b3.com.br>. 3. Informações relevantes sobre o relatório de auditoria: "As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço <https://ri.unicasamoveis.com.br>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 26 de março de 2025, sem modificações".

Demonstrações Financeiras

Balancos patrimoniais resumidos - Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo								
Ativo circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	6.920	23.989	10.341	26.100				
Aplicações financeiras	24.847	33.478	24.847	33.478				
Contas a receber de clientes	36.180	24.822	26.853	20.163				
Estoques	25.570	27.183	26.004	27.640				
Empréstimos concedidos	918	1.549	918	1.549				
Impostos a recuperar	10.936	4.283	10.968	6.434				
Outros ativos	4.338	6.084	7.049	7.469				
Total do ativo circulante	109.709	121.388	106.980	122.833				
Não circulante								
Realizável a longo prazo								
Aplicações financeiras	-	10.195	-	10.195				
Contas a receber de clientes	12.857	13.611	12.857	13.611				
Empréstimos concedidos	170	352	170	352				
Ativos mantidos para venda	2.377	1.597	2.377	1.597				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	416	7.840	3.458				
Impostos a recuperar	69	219	69	219				
Depósitos Judiciais	450	575	450	575				
Outros ativos	48	48	3.774	3.136				
	15.971	27.013	27.537	33.143				
Total do ativo não circulante	219.602	194.259	259.995	226.348				
Total do Ativo	329.311	315.647	366.975	349.181				
Passivo								
Passivo Circulante								
Empréstimos e Financiamentos	1.577	4.749	1.577	4.749				
Arrendamentos a pagar	-	-	4.323	3.139				
Fornecedores	8.412	6.255	8.654	6.554				
Obrigações tributárias	2.464	1.724	2.506	1.743				
Juros sobre o capital próprio a pagar	10.546	11.672	10.546	11.672				
Salários e encargos sociais	5.824	5.173	5.841	5.233				
Passivos contratuais	29.396	37.820	38.264	46.846				
Provisões	-	107	-	107				
Outros passivos circulantes	2.305	2.949	3.101	3.238				
Total do passivo circulante	60.524	70.449	74.812	83.281				
Não circulante								
Empréstimos e Financiamentos	70.831	49.228	70.831	49.228				
Arrendamentos a pagar	-	-	23.376	20.702				
Provisões	4.178	5.111	4.178	5.111				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	776	-	776	-				
Outros passivos não circulantes	620	864	620	864				
Total do passivo não circulante	76.405	55.203	99.781	75.905				
Patrimônio líquido								
Capital social	147.000	147.000	147.000	147.000				
Reserva legal	5.966	5.343	5.966	5.343				
Reserva de lucros	37.766	37.941	37.766	37.941				
Ajustes Acumulados de Conversão	1.650	(289)	1.650	(289)				
Total do patrimônio líquido	192.382	189.995	192.382	189.995				
Total do Passivo e Patrimônio líquido	329.311	315.647	366.975	349.181				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido resumidas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Reserva de lucros		Resultados Acumulados	Outros Resultados abrangentes	Total
	Capital Social	Reserva Legal			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	147.000	4.585	36.809	-	188.732
Lucro líquido do exercício	-	-	-	15.167	15.167
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	758	-	(758)	-
Retenção de Lucros	-	-	1.132	(1.132)	-
Distribuição de dividendos na forma de JSCP (Min. obrigatório)	-	-	-	(3.602)	(3.602)
Distribuição de dividendos na forma de JSCP (Adicional)	-	-	-	(9.675)	(9.675)
Outros Resultados Abrangentes:					
Ajustes de conversão do exercício	-	-	-	(627)	(627)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	147.000	5.343	37.941	(289)	189.995
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.449	12.449
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	623	-	(623)	-
Retenção de Lucros	-	-	(175)	175	-
Distribuição de dividendos na forma de JSCP (Min. obrigatório)	-	-	-	(2.956)	(2.956)
Distribuição de dividendos na forma de JSCP (Adicional)	-	-	-	(9.045)	(9.045)
Outros Resultados Abrangentes:					
Ajustes de conversão do exercício	-	-	-	1.939	1.939
Saldos em 31 de dezembro de 2024	147.000	5.966	37.766	1.650	192.382

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Unicasa Indústria de Móveis S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade de Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, listada no segmento do Novo Mercado da "B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão" (BM&FBovespa) sob o código UCAS3, desde 27 de abril de 2012. Fundada em 1985, a Companhia tem como objeto social a industrialização, o comércio, a importação e exportação de produtos relacionados ao ramo de mobiliário de madeira, ferro, aço e alumínio e outros artigos relacionados ao mobiliário doméstico e comercial. A Companhia possui contratos de revenda com agentes autorizados a explorar nossas marcas "Dell Anno", "New", "Casa Brasileira" e "Unicasa Corporate" sob a forma de vendas exclusivas e multimarcas, no Brasil e no exterior. A Unicasa Comércio de Móveis Ltda. (controlada), incluída nas demonstrações financeiras consolidadas, tem por objeto o comércio varejista de móveis planejados. A controlada permanece aberta para atendimento dos clientes remanescentes da operação e como apoio para os clientes do segmento Unicasa Corporate da Controladora. A Unicasa Holding LLC, controlada estabelecida nos Estados Unidos, e Dell Anno NYC LLC, Dell Anno Miami LLC, Unicasa North America LLC, controladas da Unicasa Holding LLC, ambas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, têm por objeto a prospecção, comércio e a consolidação da marca Dell Anno na América do Norte. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras resumidas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas resumidas ("demonstrações financeiras") da Companhia estão sendo apresentadas em conformidade com o Parecer de Orientação nº 39 emitido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e são preparadas em conformidade com demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, assim, recomenda-se que sejam analisadas em conjunto. As demonstrações financeiras resumidas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia, considerando o custo histórico, exceto para determinados

instrumentos financeiros e plano de opções de compra e subscrição de ações mensurados pelo seu valor justo, quando aplicável. As demonstrações financeiras resumidas apresentam as principais políticas contábeis e os julgamentos, estimativas e premissas relevantes. A emissão das demonstrações financeiras resumidas da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2025. **3. Demonstrações financeiras consolidadas resumidas:** As demonstrações financeiras resumidas consolidadas abrangem informações da Companhia e das suas controladas (diretas e indiretas). As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras resumidas requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões do processo de sua determinação. A companhia apresenta a natureza dos principais eventos que podem resultar em efeitos nos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras resumidas: (i) Perdas esperadas com créditos de devedores duvidosos; (ii) Imposto de renda e contribuição social diferido. **5. Resumo das principais políticas contábeis: 5.1 Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida no contrato quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e reflete a contrapartida que a Companhia espera ter direito em troca da transferência de produtos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em

Demonstrações de resultados resumidos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de vendas	207.596	207.510	226.559	217.397
Custo dos produtos vendidos	(133.667)	(135.275)	(140.178)	(140.335)
Lucro bruto	73.929	72.235	86.381	77.062
Despesas com Vendas	(42.733)	(41.944)	(65.978)	(53.800)
Despesas Administrativas	(18.391)	(18.763)	(18.305)	(18.763)
Outras receitas operacionais, líquidas	2.612	3.956	2.633	3.978
Outras despesas operacionais, líquidas	(1.158)	(225)	(1.158)	(225)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(7.552)	(5.123)	-	-
Lucro antes do resultado financeiro	6.707	10.136	3.573	8.252
Resultado financeiro Líquido	6.953	5.086	7.013	5.185
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	13.660	15.222	10.586	13.437
Imposto de renda e contribuição social líquidos	(1.211)	(55)	1.863	1.730
Lucro líquido do exercício	12.449	15.167	12.449	15.167
Lucro líquido por ação, básico e diluído	0,1884	0,2295	0,1884	0,2295

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes resumidos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	12.449	15.167	12.449	15.167
Outros resultados abrangentes	1.939	(289)	1.939	(289)
Ajustes acumulados de conversão	1.939	(289)	1.939	(289)
Total de resultado abrangente do exercício	14.388	14.878	14.388	14.878

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa resumidos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	12.659	41.296	11.690	42.221
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	(33.737)	(67.992)	(29.026)	(70.718)
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	4.009	32.154	1.577	31.069
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(17.069)	5.458	(15.759)	2.572
Saldo inicial de caixa e equivalentes	23.989	18.531	26.100	23.528
Saldo final de caixa e equivalentes	6.920	23.989	10.341	26.100

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do valor adicionado resumido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas	255.020	259.389	274.006	269.303
Insumos adquiridos de terceiros	(157.231)	(159.853)	(170.538)	(168.014)
Valor adicionado bruto	97.789	99.536	103.468	101.289
Depreciação e amortização	(8.429)	(7.970)	(14.235)	(8.962)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	89.360	91.566	89.233	92.327
Valor adicionado recebido em transferência	8.173	6.459	15.902	11.751
Valor adicionado total a distribuir	97.533	98.025	105.135	104.078
Pessoal	43.437	42.955	51.723	47.711
Impostos, taxas e contribuições	33.904	34.512	31.471	33.148
Remuneração de capitais de terceiros	7.743	5.391	9.492	8.052
Remuneração de capitais próprios	12.449	15.167	12.449	15.167

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização. **5.2 Receita de venda:** A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente, ou seja, para os faturados na modalidade CIF, no momento em que a mercadoria é entregue no endereço do cliente. Para os faturados na modalidade FOB, quando a mercadoria é entregue ao transportador contratado pelo cliente, desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita, a Companhia e suas controladas não detêm mais o controle ou responsabilidade sobre as mercadorias vendidas. **5.3 Receita financeira:** A receita de juros é reconhecida utilizando-se a taxa de juros efetiva. As receitas de juros são incluídas na rubrica de receitas financeiras, na demonstração do resultado.

Conselho de Administração

Gelson Luis Rostirola Presidente do Conselho de Administração	Alexandre Grendene Bartelle Vice-Presidente do Conselho de Administração	Gustavo Dall Oeder Membro do Conselho de Administração	Rodrigo Silva Marvão Membro Independente do Conselho de Administração	Giuliano Silvio Dedin Zorogniotti Membro Independente do Conselho de Administração	Renata Vendruscolo Zietolle Membro do Conselho de Administração
Diretoria			Contador		
Gustavo Dall Oeder Diretor Presidente	Guilherme Possobon de Oliveira Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Alexandre Narvaes Figueira Diretor Comercial	Luciano André Merigo Diretor de Operações	Ivanir Moro CRC/RS-053351/O-7	



Jornal do Comércio
Com visual dinâmico e navegação intuitiva, ficou mais fácil se informar.

Baixe já o app do JC</

Parlamentares do agro querem derrubar apertado nas regras do CMN para o Proagro

Parlamentares ligados ao agronegócio querem derrubar o apertado nas regras fixadas pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) para conter o aumento dos gastos com o Proagro, programa de seguro rural bancado com subsídio orçamentário do governo federal.

A movimentação da banca do agro no Congresso já acendeu a luz amarela na área econômica do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e no BC (Banco Central), segundo pessoas a par do tema. O BC é o administrador do Proagro.

As mudanças nas regras foram adotadas para fechar brechas que elevaram, nos últimos anos, os gastos do governo com o programa e que levaram a irregularidades e até mesmo fraudes. O projeto de decreto legislativo 58, apresentado pelo deputado federal Heitor Schuch (PSB-RS), propõe sustar sete resoluções do CMN que, segundo o parlamentar, comprometem a efetividade do programa e afetam diretamente agricultores familiares. Essas resoluções definiram, em 2023 e 2024, regras mais rígidas para o direito ao seguro na esteira da explosão de gastos com essa política.

O Proagro indeniza perdas decorrentes de seca, chuva excessiva, geadas ou granizo, grandes variações de temperatura, ventos fortes ou frios e doenças ou pragas sem método viável de controle ou prevenção. Os parlamentares querem criar um fundo específico para custear o socorro a longo prazo. Uma autoridade do governo disse, na condição do anonimato, que o projeto de decreto é um retrocesso contra vários avanços que foram feitos nas regras do Proagro - adotados, inclusive, por recomendação do TCU (Tribunal de Contas da União). Essa autoridade reconheceu que o governo terá trabalho para reverter esse movimento no Congresso.

Em 2020, o Tesouro Nacional desembolsou R\$ 2,5 bilhões (valores atualizados pela inflação), e esses gastos chegaram a R\$ 9,4 bilhões em 2023, ano em que o CMN começou a publicar as resoluções para aumentar o controle do seguro. Em 2024, com regras mais apertadas, ficou em R\$ 5,4 bilhões. A Lei Orçamentária Anual para 2025, aprovada no Congresso Nacional no dia 20 de março, prevê um orçamento de R\$ 5,784 bilhões para indenizações e restituições ligadas ao programa neste ano.



Senhores Acionistas:

Cumprindo disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas, para quaisquer esclarecimentos que desejarem. Canoas, 25 de março de 2025.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2024 e 31/12/2023

ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE	99.142.032,67	66.483.079,55	CIRCULANTE	26.189.492,03	24.437.175,33
Caixa e Equivalentes de Caixa	53.349.471,55	20.918.368,90	Fornecedores	1.505.484,41	1.625.387,42
Clientes	24.495.176,91	20.088.832,45	Empréstimos Bancários	3.066.622,86	2.209.187,00
Créditos com Consorciadas	3.618.519,41	3.277.567,44	Contribuição Social sobre o Lucro	1.338.930,04	145.925,74
Cauções e Retenções Contratuais	35.215,84	32.850,00	Impostos a Pagar	6.098.609,16	5.404.586,58
Impostos a Recuperar	2.493.356,66	4.023.756,72	Obrigações Sociais a Recolher	11	2.495.676,90
Adiantamentos a Fornecedores	874.023,35	321.217,76	Salários a Pagar	2.513.990,52	3.000.434,38
Outros Ativos Circulantes	4.096.515,97	7.581.753,09	Férias com Encargos a Pagar	5.553.913,03	6.063.665,96
Contratos de Mútuos	9.924.940,60	9.924.940,60	Contratos de Mútuos	15.019,96	-
Despesas Antecipadas	254.812,38	313.792,59	Financiamentos P/Aquisição Imobilizado	-	278.356,54
NÃO CIRCULANTE	62.683.500,35	58.522.365,91	Impostos Parcelados	1.478.724,84	1.536.271,76
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.263.118,12	1.500.521,27	Outros Passivos Circulantes	2.122.520,31	2.235.338,38
Depósitos Judiciais	952.391,22	1.123.198,22	NÃO CIRCULANTE	22.660.194,46	9.217.596,04
Juros Diferidos	203.354,75	269.950,90	Empréstimos Bancários	14.193.092,28	2.047.198,13
Aplicações Financeiras	107.372,15	107.372,15	Dividendos Propostos/Juros s/Capital Próprio	8.223.412,51	5.576.815,81
INVESTIMENTOS	54.681.614,02	50.495.957,09	Impostos Parcelados	243.689,67	1.593.582,10
Participações em Empresas	1.898,24	1.898,24	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	112.975.846,53	91.350.674,09
Participações em Outras Empresas	41.555.497,13	37.456.997,14	CAPITAL SOCIAL	83.000.000,00	73.000.000,00
Outros Investimentos	13.124.218,65	13.037.061,71	Capital Social Integralizado	83.000.000,00	73.000.000,00
IMOBILIZADO	6.680.100,18	6.378.771,34	ADIANTAMENTO P/FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	2.634.239,01	1.163.650,77
INTANGÍVEL	58.668,03	147.116,21	RESERVA DE LUCROS	27.341.607,52	17.187.023,32
Sistemas	697.607,57	1.047.500,12	Reserva Legal	1.321.612,08	536.701,61
Outros	3.592,75	50.975,19	Reserva de Retenção de Lucros	26.019.995,44	16.650.321,71
Amortizações Acumuladas	(642.532,29)	(951.359,10)	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	161.825.533,02	125.005.445,46
TOTAL DO ATIVO	161.825.533,02	125.005.445,46			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS PERÍODOS DE

	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
RECEITA LÍQUIDA	191.739.938,46	151.864.554,81
CUSTO DOS SERVIÇOS	(140.094.907,99)	(118.476.810,80)
LUCRO BRUTO	51.645.030,47	33.387.744,01
RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	(14.409.209,50)	(15.136.471,98)
Despesas Comerciais	(1.732.539,20)	(1.865.169,45)
Despesas Gerais e Administrativas	(19.334.589,31)	(14.681.584,64)
Outras Receitas Operacionais	6.712.920,25	2.017.671,35
Outras Despesas Operacionais	(34.467,15)	(454.538,09)
Outras Despesas	(20.534,09)	(152.851,15)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	37.235.820,97	18.251.272,03
RESULTADO FINANCEIRO	(5.347.194,91)	(3.277.486,00)
Receitas Financeiras	1.199.546,48	2.394.454,19
Despesas Financeiras	(6.546.741,39)	(5.671.940,19)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	31.888.626,06	14.973.786,03
TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	(9.956.384,49)	(4.239.753,91)
Contribuição Social	(2.689.325,16)	(1.148.915,72)
Imposto de Renda	(7.267.059,33)	(3.090.838,19)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	21.932.241,57	10.734.032,12
Reversão dos juros remuneratórios do Capital Próprio	4.500.000,00	3.000.000,00
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO APÓS REVERSÃO DO JCP	26.432.241,57	13.734.032,12
Lucro líquido por ação	350,32	182,03

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Discriminação	Capital Social	Adiantamento Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva Retenção de Lucros	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2022	67.000.000,00	1.163.650,77	569.655,59	11.883.335,61	80.616.641,97	13.734.032,12
Lucro Líquido do Exercício	-	-	(32.953,98)	4.766.986,10	(13.734.032,12)	(3.000.000,00)
Destinações Propostas à AG	6.000.000,00	-	536.701,61	-	(536.701,61)	(536.701,61)
Reserva Legal	-	-	-	-	(2.549.332,63)	(2.549.332,63)
Juros Remuneratórios do Capital Próprio	-	-	-	-	(450.667,37)	(450.667,37)
(Dividendo/JCP por Ação Destinado no Exercício)	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital	6.000.000,00	-	(569.655,59)	(5.430.344,41)	-	39,76
Adiantamento p/Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-
Transfêrencia entre Contas	-	-	-	10.197.330,51	(10.197.330,51)	-
Saldo em 31/12/2023	73.000.000,00	1.163.650,77	536.701,61	16.650.321,71	91.350.674,09	26.432.241,57
Lucro Líquido do Exercício	10.000.000,00	1.470.588,24	784.910,47	9.369.673,73	(26.432.241,57)	(4.807.069,13)
Destinações Propostas à AG	-	-	1.321.612,08	-	(1.321.612,08)	-
Reserva Legal	-	-	-	-	(1.777.657,37)	(1.777.657,37)
Juros Remuneratórios do Capital Próprio	-	-	-	-	(4.500.000,00)	(4.500.000,00)
(Dividendo/JCP por Ação Destinado no Exercício)	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital Social	10.000.000,00	-	(536.701,61)	(9.463.298,39)	-	83,20
Reversão de Dividendos Propostos	-	1.470.588,24	-	18.832.972,12	(18.832.972,12)	1.470.588,24
Transfêrencia entre Contas	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2024	83.000.000,00	2.634.239,01	1.321.612,08	26.019.995,44	112.975.846,53	26.432.241,57

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Valores expressos em reais)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS:
A STE – Serviços Técnicos de Engenharia S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede em Canoas – RS, e tem como objeto social a execução de projetos, prestação de serviços de consultoria, planejamento, assessoria técnica, administração e atividades correlatas ao ramo de engenharia técnica, podendo, a juízo da Diretoria, participar de outras Empresas.
Os principais clientes são Órgãos Públicos Federais, Estaduais e Municipais, bem como Autarquias e Fundações Federais, Estaduais e Municipais.

NOTA 2 – BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com a Resolução CFC nº 1.255, de 10/12/2009, que aprovou a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas – PMEs, e com base nas disposições contidas na Lei nº 6.404 de 15/12/1976, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e pela Lei nº 11.941/09, bem como pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:
Destacamos os seguintes procedimentos adotados:
3.1 – Ativos Financeiros
a) Caixa e Equivalentes de Caixa
Incluem os saldos em caixa, bem como saldos em contas correntes bancárias, e ainda, saldos em aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, demonstrados pelo custo de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.
b) Contas a Receber de Clientes
Estão apresentados a valores de realização, com vencimentos de até 90 dias. Não foi constituída provisão para riscos de créditos, considerando não ter histórico de perdas significativas.
c) Créditos Com Consorciadas
Representam antecipações por conta de Contratos de Consórcios em andamento, sem encargo financeiro, cuja liquidação ocorrerá ao final dos respectivos contratos.
d) Outros Recebíveis e Realizáveis
Os demais ativos financeiros estão apresentados a valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas.
e) Redução do Valor Recuperável de Ativos
Os valores identificados de ativos não recuperáveis foram baixados para conta de resultado do exercício.
f) Impostos a Recuperar
Representam saldos excedentes de retenções sofridas sobre recebimentos de clientes e sobre rendimentos de aplicações financeiras, a serem compensados com tributos federais vindendos. Alternativamente, poderão ser objeto de pedidos de restituição.
3.2 – Investimentos
Os investimentos existentes em 31 de dezembro de 1995 estão demonstrados ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até essa data, e representam o montante de R\$ 178.617,83. Os demais, representados por participações em empresas, no valor de R\$ 41.436.941,11, e por terrenos e benfeitorias em imóveis próprios, no valor de R\$ 13.064.055,08, perfazendo o total de R\$ 54.681.614,02, estão demonstrados ao custo de aquisição.

NOTA 4 – IMOBILIZADO
8.1 – Composição dos Saldos das Contas
Custo de Aquisição
Depreciação Acumulada
Saldo em 2024
Saldo em 2023

NOTA 5 – CLIENTES
Custo de Aquisição
Depreciação Acumulada
Saldo em 2024
Saldo em 2023

NOTA 6 – IMPOSTOS A RECUPERAR
Custo de Aquisição
Depreciação Acumulada
Saldo em 2024
Saldo em 2023

NOTA 7 – OUTROS ATIVOS CIRCULANTES
Custo de Aquisição
Depreciação Acumulada
Saldo em 2024
Saldo em 2023

NOTA 8 – IMOBILIZADO
Custo de Aquisição
Depreciação Acumulada
Saldo em 2024
Saldo em 2023

NOTA 9 – EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS
Discriminação
a) Passivo Circulante
b) Passivo Não Circulante

NOTA 10 – IMPOSTOS A PAGAR
Custo de Aquisição
Depreciação Acumulada
Saldo em 2024
Saldo em 2023

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS A RECOLHER
Custo de Aquisição
Depreciação Acumulada
Saldo em 2024
Saldo em 2023

NOTA 12 – APURAÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA
Discriminação
Custo de Aquisição
Depreciação Acumulada
Saldo em 2024
Saldo em 2023

NOTA 13 – CONTRATOS DE SEGUROS
Custo de Aquisição
Depreciação Acumulada
Saldo em 2024
Saldo em 2023

NOTA 14 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL
Custo de Aquisição
Depreciação Acumulada
Saldo em 2024
Saldo em 2023

NOTA 15 – CAPITAL SOCIAL
Custo de Aquisição
Depreciação Acumulada
Saldo em 2024
Saldo em 2023

NOTA 16 – DIVIDENDOS PROPOSTOS E JUROS REMUNERATÓRIOS DO CAPITAL PRÓPRIO-JCP
Custo de Aquisição
Depreciação Acumulada
Saldo em 2024
Saldo em 2023

Roberto Lins Portella Nunes Presidente - CPF 184.376.560-81
Athos Roberto Albermaz Cordeiro Diretor - CPF 281.598.100-91
Fábio Araújo Nodari Diretor - CPF 358.852.030-91
Daniel Irigoyen Bolsoni Diretor - CPF 490.579.280-00
Camila da Silva Machado Contadora CRC/RS 091498/O-4 - CPF 019.652.660-45

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais **credibilidade** e segurança à publicidade legal da sua empresa no Jornal do Comércio.

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.



LEIA O QR CODE

ENTRE EM CONTATO PARA FAZER
UM ORÇAMENTO E CONHECER
MELHOR NOSSO PRODUTO.

WHATSAPP: (51) 3213-1342

E-MAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

Loja de roupa é o setor que mais perdeu mão de obra em 5 anos

O varejo de vestuário e acessórios foi o que menos conseguiu recuperar mão de obra perdida na pandemia, e tem 11 mil vagas a menos de 2020 a 2025. Por outro lado, supermercados foram os que mais cresceram em número absoluto de vagas, com 32 mil novos postos de trabalho no período.

As informações são de uma pesquisa da FecomércioSP (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo). O estudo sugere que, durante a crise sanitária, as famílias direcionaram os seus gastos aos bens essenciais, e que isso alterou a estrutura de consumo do País.

“Geração de empregos está muito ligada a vendas. Quanto mais eu vendo, mais eu tenho que gerar emprego”, comenta Thiago Carvalho, assessor econômico da Fecomércio.

Em 2020, o volume de vendas do varejo de tecidos, vestuário e calçados de São Paulo caiu 28%, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Os setores de eletrodomésticos e lojas de departamento também foram os que menos se reergueram da crise, seguidos por calçados e livrarias. Dos 78 segmentos do varejo paulista, 16 registraram, ao fim de janeiro de 2025, um volume de trabalhadores menor do que no início de 2020.

Para a federação, os dados são explicados pela perda de consumidores, fechamento de portas e desligamentos que ocorreram, principalmente, no início da pandemia. “Muitas empresas hoje trabalham com a margem apertada, tentando se recuperar do impacto financeiro”, diz Thiago.

TRAMONTINA INTERNACIONAL S.A.

CNPJ. 04.693.723/0001-74 – NIRE: 43300043231
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO

RELATÓRIO DA DIRETORIA.

Senhores Acionistas: Cumprindo disposições legais e estatutárias temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial, Demonstrativos do Resultado do Exercício, Das Mutações do Patrimônio Líquido, Dos Resultados Abrangentes, Do Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas, encerrados em 31 de dezembro de 2024. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Carlos Barbosa, RS, 20 de março de 2025. A DIRETORIA.

	BALANÇO PATRIMONIAL EM MILHARES DE R\$			
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo	428.460	343.321	2.394.124	1.725.126
Circulante	7.542	3.669	1.733.091	1.186.466
Caixa e equivalentes	4.452	3.337	188.488	97.749
Contas a receber	-	-	648.593	448.681
Estoques	-	-	795.683	570.434
Impostos a recuperar	365	303	24.763	14.256
Outros créditos	2.725	29	27.495	19.908
Despesas antecipadas	-	-	48.069	35.438
Não circulante	420.918	339.652	661.033	538.660
Outras contas a receber	-	1.253	2.367	2.069
Impostos diferidos	-	-	187.871	148.632
Investimentos	420.099	334.806	1	-
Imobilizado	-	-	411.388	338.627
Intangível	819	3.593	59.406	49.332
Passivo	428.460	343.321	2.394.124	1.725.126
Circulante	172	37.068	1.763.207	1.277.670
Empréstimos e financiamentos	-	-	581.253	424.769
Fornecedores	168	-	740.041	481.526
Risco sacado	-	-	330.352	265.086
Impostos e contribuições a recolher	4	51	32.928	31.017
Obrigações trabalhistas	-	-	8.483	7.151
Futuro Aumento de Capital	-	37.000	-	37.000
Outras contas a pagar	-	17	70.150	31.121
Não circulante	280.601	222.315	478.981	360.667
Empréstimos e financiamentos	-	-	441.825	292.414
Impostos Diferidos	-	-	-	5.789
Passivo a descoberto	280.584	222.300	-	-
Provisões para contingências	17	15	17	16
Outras contas a pagar	-	-	37.139	62.448
Patrimônio líquido	147.687	83.938	151.936	86.789
Capital social	332.541	277.541	332.541	277.541
Ajustes acumulados de conversão	(27.536)	(32.510)	(27.536)	(32.510)
(-) Prejuízos acumulados	(157.318)	(161.093)	(157.318)	(161.093)
Participação de não controladores	-	-	4.249	2.851

	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM MILHARES DE R\$			
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita	-	-	2.574.578	2.147.368
Custo dos produtos vendidos	-	-	(1.955.260)	(1.553.247)
LUCRO BRUTO	-	-	619.318	594.121
Despesa de vendas	-	-	(244.347)	(222.854)
Despesas administrativas e gerais	(1.763)	(2.195)	(289.651)	(292.539)
Outras receitas ou despesas operacionais	5.282	607	10.133	(8.152)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	3.519	(1.588)	95.453	70.576
Despesas financeiras	(74)	(4.866)	(88.007)	(104.865)
Receitas financeiras	330	399	12.950	43.546
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	3.775	(6.055)	20.396	9.257
Corrente	-	-	(18.237)	(21.081)
Diferido	-	-	(887)	6.115
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3.775	(6.055)	1.272	(5.709)
Resultado distribuído aos controladores	3.775	(6.055)	3.775	(6.055)
Resultado atribuído aos não controladores	-	-	(2.503)	346

	DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM MILHARES DE R\$					
	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2024					
	Capital social	Reserva legal	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação de não controladores
Saldos em 31 de dezembro de 2022	262.541	-	(54.711)	(155.038)	52.792	2.043
Prejuízo do exercício	-	-	-	(6.055)	(6.055)	346
Aumento de capital	15.000	-	-	-	15.000	-
Ajustes Acumulados de Conversão	-	-	22.201	-	22.201	462
Saldos em 31 de dezembro de 2023	277.541	-	(32.510)	(161.093)	83.938	2.851
Prejuízo do exercício	-	-	-	3.775	3.775	(2.503)
Aumento de capital	55.000	-	-	-	55.000	-
Ajustes Acumulados de Conversão	-	-	4.974	-	4.974	3.901
Saldos em 31 de dezembro de 2024	332.541	-	(27.536)	(157.318)	147.687	4.249

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS: A empresa tem por objetos sociais a administração de bens, empreendimentos e aplicações de recursos e participações societárias.
NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância das disposições contidas na Lei 6.404/76, com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como com as modificações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009.
NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: a) As presentes Demonstrações Contábeis compreendem o período de atividade iniciado em 01 de janeiro e encerrado em 31 de dezembro de 2024.
 b) **Ativo Não Circulante - Investimentos:** os investimentos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial:

Empresa	Participação %	Valor do Investimento	Resultado da Equivalência
Tramontina Colômbia	100	61.442.654	4.067.564
Tramontina Chile	99	53.223.151	(1.383.332)
Tramontina México	100	88.106.530	4.086.882
Tramontina USA (b.1)	100	(250.922.449)	18.336.804
Tramontina UAE (b.1)	100	(25.203.445)	(10.123.780)
Tramontina Caribe	100	23.035.376	2.526.968
Tramontina UK (b.1)	100	(899.893)	(2.673.632)
Tramontina África	100	8.169.981	(298.587)
Tramontina Uruguay	100	49.664.910	(2.863.067)
Tramontina Germany	100	3.104.085	(2.433.328)
Tramontina Singapore	100	7.466.763	(584.143)
Tramontina Índia	50	450.043	(2.833.771)
Tramontina Austrália	100	3.926.105	(3.416.103)

b.1) Os investimentos de Tramontina USA, Tramontina UAE, Tramontina UK e Tramontina Guangzhou Trading estão contabilizados no Passivo a descoberto nos valores de R\$ 250.922.449,03, R\$ 25.203.444,99, R\$ 899.893,29 e R\$ 3.555.663,64 respectivamente.
 c) **Provisão para IRPJ e CSLL:** a apuração do lucro real e a base de cálculo de Contribuição Social Anual foram feitas com utilização durante os doze meses do ano-calendário do critério de balanços de suspensão ou redução, nos moldes da Lei nº 9.430/96 e IN RFB 1700/17.

NOTA 4 - Por força da Lei nº 11.638/07, a companhia contratou auditor independente para auditar as suas Demonstrações Contábeis, estando o relatório da auditoria à disposição dos interessados na sede da companhia.
NOTA 5 - CAPITAL SOCIAL O capital social está representado por 332.541.000 de ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 1,00, cada uma, e pertencentes inteiramente a acionistas residentes no País.

Carlos Barbosa, RS, 31 de dezembro de 2024.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Eduardo Scomazzon - Presidente, Marcos Tramontina - Vice-Presidente, Ildo Paludo, Joselito Gusso, Inácio Chies
DIRETORIA EXECUTIVA: Ildo Paludo, Inácio Chies. **CONTADOR:** Felipe Schmitz - CRC-RS 103.680/O

Prefeitura Municipal de Nova Roma do Sul

Aviso de Licitação

Modalidade: **Concorrência nº 02/2025** Objeto: concessão onerosa de uso de bem público: exploração dos serviços no ginásio municipal de esportes. Abertura: 29/04/2025, 09h.
 Modalidade: **Licitação nº 01/2025**.
 Objeto: alienação de bens inservíveis pertencentes ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Nova Roma do Sul. Abertura: 22/04/2025, 10h30m.
 Editais e anexos: www.novaromadosul.rs.gov.br.
Roberto Panazzolo - Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de São Jorge

CONCORRÊNCIA Nº 006/2025 PROCESSO Nº 024/2025

Data da Sessão: 11 de abril de 2025: 09h00min. Local: Secretaria Municipal de Administração. O Prefeito Municipal de São Jorge/RS, torna pública a realização de licitação na modalidade de Concorrência nº 006/2025, de critério de julgamento menor preço global. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ILUMINAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS - PISTA DE CAMINHADA E CENTRO CULTURAL CLODI JERÔNIMO LAZZAROTO. Edital: na Prefeitura Municipal de São Jorge e no site: www.saojorge.rs.gov.br. Maiores informações na Prefeitura Municipal, Avenida Daltro Filho, nº 901, na cidade de São Jorge-RS, ou pelo fone: (54) 3271 - 1112. São Jorge, 26 de março de 2025. Danilo Salvalaggio, Prefeito Municipal

UM
POUQUINHO
DO
SEU
IMPOSTO
MUDA TUDO.

Doe parte do
Imposto de Renda
da sua empresa para
o Pão e contribua
com o futuro de
muitas crianças e
adolescentes.

Empresas podem
doar até 1% do valor
devido. Mas não
esqueça: é só até 27
de dezembro.

Saiba como em
paodospobres.org.br



Pão dos Pobres